

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PROGRAMA SAN  
TIAGO DANTAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIANA DE OLIVEIRA BARROS

**Pós-positivismo em Relações Internacionais: contribuições  
em torno da problemática da identidade**

São Paulo

2006

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO – PROGRAMA SAN  
TIAGO DANTAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIANA DE OLIVEIRA BARROS

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, sob orientação da Profa. Doutora Flávia de Campos Mello.

São Paulo

2006

MARIANA DE OLIVEIRA BARROS

**Pós-positivismo em Relações Internacionais: contribuições  
em torno da problemática da identidade**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, sob orientação da Profa. Doutora Flávia de Campos Mello.

Data de Aprovação:

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Flávia de C. Mello  
(orientador)  
PUC-SP

---

Prof. Dr. Nizar Messari  
IRI/PUC-Rio

---

Prof. Dr. Reginaldo Mattar Nasser  
PUC-SP

## **AGRADECIMENTOS**

Ao programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

À minha orientadora, Flávia de Campos Mello.

A minha família.

Aos amigos.

À Lu.

Eventually I suffered what some colleagues regarded as a severe professional disorder, the symptoms of which involve believing that the study of international relations can gain more from studying Foucault than NATO. The subject is in need of reinvention, but this first requires the reinvention of its teachers.

Ken Booth, *Human wrongs and international relations*, p. 109

## RESUMO

Nesta dissertação discutiremos as contribuições do pensamento pós-positivista para as Relações Internacionais. Veremos que o final dos anos 1980 representou uma época de mudanças na agenda dos pesquisadores das relações internacionais, não só como resposta a mudanças na ordem internacional - como o fim da Guerra Fria e a aceleração do processo de globalização - mas também pela influência das viradas sociológica e lingüística na produção de conhecimento da área. Veremos também que os autores pós-positivistas buscaram pela interdisciplinaridade, incorporar ao estudo das relações internacionais questionamentos metodológicos, ontológicos e epistemológicos que vinham ganhando relevância nas demais áreas das ciências humanas. Trabalharemos mais especificamente nessa dissertação a problemática da identidade, pois entendemos que a discussão desse tema engloba os principais aspectos do debate entre positivistas e pós-positivistas da área.

Palavras-chave: Teoria de Relações Internacionais, Pós-positivismo, Identidade

## **ABSTRACT**

The purpose of this dissertation is to discuss the contributions of post-positivism to International Relations Theory. We will see that the end of the 1980's represents a challenge to the International Relations Theory agenda, not only because of the developments in world order - the end of the Cold War and the increase in the globalization process - but also because of the influence of the sociological and linguistic turns in the area. Post-positivist authors used interdisciplinary tools to incorporate ontological, methodological and epistemological discussions coming from the Human Sciences, to International Relations. Our focus is on the discussion of the identity question for we believe it englobes the most important aspects of the positivist x post-positivist debate in the International Relations field.

Key-words: International Relations Theory, Post-positivism, Identity

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPITULO 1: A DISCIPLINA DE RELAÇÕES INTERANCIONAIS E A CRISE DA MODERNIDADE	
Desenvolvimento da disciplina	18
Metodologia e epistemologia em Relações Internacionais	31
Modernidade	41
CAPITULO 2: O POS-POSITIVISMO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS	
Virada sociológica	44
Virada Lingüística	46
A-historicismo das Teorias Tradicionais de Relações Internacionais	53
Desconstrução do Discurso sobre Política Internacional	55
Dialética da divisão	59
CAPÍTULO 3: A QUESTÃO DA IDENTIDADE	
A questão da identidade e a disciplina de Relações Internacionais	63
Pensando articulações alternativas	89
CONCLUSÃO	103
BIBLIOGRAFIA	108



## INTRODUÇÃO

Discutiremos nessa dissertação as contribuições do pós-positivismo para as Relações Internacionais<sup>1</sup>, pois acreditamos que as abordagens pós-positivistas, ainda que marginalizadas pelos teóricos tradicionais de Relações Internacionais, são de grande importância para nosso entendimento das relações internacionais contemporâneas. O final da Guerra Fria foi momento de mudança no pensamento das Relações Internacionais, não só porque a ordem internacional mudava com o fim da bipolaridade e a aceleração do processo de globalização, mas também porque alguns pensadores da área começam a trabalhar em suas pesquisas a crítica à produção de conhecimento científico na modernidade.

Robert Keohane, em seu discurso na International Studies Association (ISA) no ano de 1988, quando presidia a instituição e depois, no texto oriundo desse discurso *International Institutions: Two Approaches* (Keohane, 1988), discute as mudanças que vinham ocorrendo na agenda de pesquisas da área e divide as contribuições teóricas<sup>2</sup> em Relações Internacionais pós-década de 1980 em duas vertentes; os racionalistas e os reflexivistas. Para Keohane, racionalistas são as abordagens tradicionais da área, dentre elas o neo-realismo e o neoliberalismo, cuja concepção de racionalidade corresponde a "*characterizing behavior that can be adjudged objectively to be optimally adapted to the situation*";

---

<sup>1</sup> Usaremos o termo Relações Internacionais em caixa alta sempre que nos referirmos à disciplina ou às teorias de Relações Internacionais.

<sup>2</sup> Falar das contribuições pós-positivistas como "contribuições teóricas" é problemático, uma vez que essas abordagens, na maioria das vezes são críticas à idéia de teoria. Não obstante, utilizaremos o termo teoria em alguns momentos dessa dissertação já que a exclusão do termo não é consenso entre os pós-positivistas, como por exemplo, nas abordagens pós-positivistas da **Teoria** Crítica e das **teorias** feministas.

enquanto os reflexivistas são assim chamados pelo autor, pois *“all of them emphasize the importance of human reflection for the nature of institutions and ultimately for the character of world politics”* (Keohane, *op. cit.*: 284). Acreditamos, portanto, que com as mudanças que acontecem na ordem internacional pós-década de 1980, vêm à tona lacunas das teorias tradicionais de Relações Internacionais, despertando nos estudiosos da área vontade de refletir de forma mais abrangente, e isso inclui o questionamento das fundações básicas do pensamento na disciplina, inclui repensar como se deu o nosso entendimento da política mundial.

Não obstante, Keohane tem uma interpretação dos reflexivistas segundo a qual essas abordagens em Relações Internacionais *“have neither the coherence nor the self-confidence of the rationalists”* (Keohane, *op. cit.*: 283). Para Keohane, os reflexivistas precisariam desenvolver linhas de pesquisa mais objetivas e científicas para poderem figurar com relevância na área. Nesse sentido, chamar as abordagens críticas em Relações Internacionais pelo termo “reflexivistas” cunhado por Keohane tem para nós um teor pejorativo<sup>3</sup>. Como nos aponta James Der Derian, um dos principais representantes das abordagens críticas:

“Vê-se nas críticas (*de Keohane*) uma insinuação implícita: se alguém quiser encontrar um ‘programa de pesquisa genuíno’ é melhor seguir a rota iluminada da reflexão racionalista do que a floresta incivilizada da reflexão pos-estruturalista (Keohane, 1988). Vê-se, além disso, o poder metafórico das escolhas dos termos feitas por Keohane, que insinuam um tipo de passividade genérica no campo reflexivista. Diria-se que o pensador reflexivista, por definição, prefere ou tem poucas escolhas à não ser refletir sobre os trabalhos e ações dos outros no lugar de engajar-se no trabalho mais produtivo da verificação empírica de hipóteses”. (Der Derian, 1990:295)<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Ver Smith, 1996:12

<sup>4</sup> “Within the criticism lies an implicit implication: if one is to find a “genuine research program” it is better to take the enlightened road of rationalist reflection than the benighted wood of

Optamos, então, para nos referirmos a essas novas abordagens pela nomeação utilizada por Yosef Lapid em seu texto de 1989, *The Third Debate: on the prospect of international theory in a post-positivist era*, onde o autor aponta - seguindo caracterização tradicional do desenvolvimento das teorias da área em termos de “grandes debates” - para o surgimento de um novo debate teórico em Relações Internacionais, entre positivistas e pós-positivistas (sendo os primeiros representantes das teorias tradicionais e os últimos, da dissidência). Queremos destacar, entretanto, que a escolha pelo termo pós-positivismo não foi fácil, devido ao grau de complexidade e diferença das perspectivas analíticas que estão representadas por esse termo. Decidimos então pelo mínimo de rotulação possível das idéias aqui abordadas, sobretudo em sinal de respeito à vontade dos próprios autores. Sabemos das diversas classificações encontradas nos livros de Relações Internacionais que tratam o assunto, a saber, construtivismo, Teoria Crítica, teorias feministas, pós-modernismo/pós-estruturalismo, pós-colonialismo dentre outras, mas buscaremos nessa dissertação falar principalmente de trabalhos relevantes dentro dessas abordagens, entendendo fazer parte do pós-positivismo todas as idéias que criticam a limitação epistemológica das teorias tradicionais de Relações Internacionais, e que de alguma forma foram influenciadas pelas viradas lingüística e sociológica. Usando para todo o pensamento pós-positivista argumento de Chris Brown quando o autor fala sobre os pós-modernos:

Escrever sobre este trabalho implica problemas reais. Não porque ele é difícil *per si* ; ele é difícil, extraordinariamente matizado e, assim, difícil de resumir,

---

poststructuralist reflexivity (Keohane, 1988). There is, moreover, a metaphoric power in Keohane's choice of terms which insinuates a kind of generic passivity in the reflexivist camp. It would seem that the reflectivist, by definition, prefer or has little choice but to reflect other's thoughts and actions rather than to engage in the more productive work of empirically testing hypotheses." (Der Derian, 1990:295)

mas esse não é ainda o maior problema. Mais fundamental é o fato de que esse tipo de trabalho está tentando trazer para a superfície traços de discurso que normalmente permanecem submersos; ele é, dessa forma, particularmente resistente às sentenças que se iniciam “Pós-estruturalismo (ou intertextualidade ou qualquer outra) é...”, pois completar essas sentenças é subverter o projeto. Um traço característico desse tipo de escrita é que ela envolve desfamiliarização – uma tentativa de fazer do familiar não familiar e vice versa – e esse traço é anulado mais que explicado pela narrativa que esclarece e familiariza. (Brown, 1994:223)<sup>5</sup>

Dentro da organização da dissertação, o primeiro capítulo será dedicado à discussão da produção de conhecimento na disciplina de Relações Internacionais, desde sua institucionalização como área de conhecimento autônoma, no Pós-primeira Guerra Mundial até os dias de hoje. Abordaremos, num primeiro momento, o desenvolvimento da disciplina de Relações Internacionais em seu contexto histórico, procurando mostrar a origem do pensamento que formou as principais correntes teóricas da área. Nesse mesmo tópico, falaremos de como o final da Guerra Fria é momento determinante de mudanças no sistema internacional e também na forma como os teóricos de Relações Internacionais entendiam a política internacional. Analisaremos também os principais efeitos e consequências do processo de globalização para as teorias de Relações Internacionais.

Discutiremos, em seguida, as características da produção de conhecimento da área, com destaque para o racionalismo como fundamentação teórica e o positivismo como metodologia. Veremos os preceitos básicos do

---

<sup>5</sup> “Writing about this work poses real problems. It is not so much that it is difficult per se; it *is* difficult, extraordinarily nuanced and thus hard to summarize, but this is not the most basic problem. More fundamental is the fact that this kind of work is attempting to bring to the surface features of discourse which normally are allowed to remain submerged; it is, therefore, peculiarly resistant to sentences which begin “Post-structuralism (or intertextuality or whatever) is...” to complete such sentences is to subvert the project. A characteristic feature of this kind of writing is that it involves defamiliarisation – an attempt to turn familiar into the unfamiliar and vice versa – and this feature is annulled rather than explicated by a narrative that clarifies and familiarizes.” (Brown, 1994:223)

racionalismo e as implicações decorrentes da importante influência que essa visão exerceu na produção do conhecimento da disciplina. Falaremos das vantagens do racionalismo sobre o empirismo para a compreensão das ciências humanas, e serão analisados em seguida os limites que o racionalismo impõe a compreensões alternativas da realidade, ao questionarmos a própria idéia de razão como algo universal.

Em seguida, apresentaremos uma discussão do método positivista. Tido como eficiente método de produção do conhecimento científico na modernidade o positivismo tem por principal característica a idéia de que é possível aplicar ao estudo da sociedade e da política o mesmo método utilizado para explicar as regularidades da natureza. No estudo das relações internacionais, o positivismo teve sua influencia manifestada principalmente na teoria realista, que entendia a política internacional como um campo de estudos passível de observação objetiva. Sendo o realismo a teoria dominante na disciplina, procuraremos analisar como o positivismo acabou por determinar não só a forma como deveríamos estudar as relações internacionais, mas também o que deveria ser estudado, circunscrevendo o que seria entendido como realidade na política internacional.

Finalmente, analisaremos as características da produção do conhecimento em Relações Internacionais, dentro do seu contexto histórico, que entendemos ser a Modernidade. Falaremos da influência do Iluminismo na produção de conhecimento Ocidental na Idade Moderna e analisaremos a conseqüências do pensamento iluminista na disciplina de Relações Internacionais.

No segundo capítulo, discutiremos as principais críticas e contribuições das abordagens pós-positivistas para a disciplina de Relações Internacionais.

Lembrando que os autores pós-positivistas buscaram na interdisciplinaridade - através de instrumental de outras áreas das ciências humanas - as principais fontes para a crítica à produção de conhecimento em Relações Internacionais, falaremos desde a crítica que se faz à tendência à reificação<sup>6</sup> de conceitos e ao caráter a-histórico das teorias tradicionais de Relações Internacionais até como as abordagens pós-positivistas oferecem formulações alternativas para nossa compreensão da ordem mundial.

O pós-positivismo tem como característica fundamental a crítica à utilização de um único método nas análises de um objeto de estudo complexo como as relações internacionais e destaca a idéia de construção social para o entendimento do comportamento dos atores no campo da política internacional. Discutiremos a influência das viradas sociológica e lingüística na produção de conhecimento das ciências humanas na disciplina de Relações Internacionais, e falaremos da retomada de um pensamento mais meta-teórico pelos pensadores da área. Analisaremos então as práticas políticas que compõem os discursos das teorias tradicionais de Relações Internacionais, sobretudo o discurso da idéia de Estado-nação, passando, finalmente para a discussão sobre ética e responsabilidade na política internacional.

No Terceiro capítulo queremos mostrar como a questão da identidade vem sendo discutida pelos teóricos das Relações Internacionais. Num primeiro

---

<sup>6</sup> Reification: "(It) is the apprehension of the products of human activity as if they were something else than human products – such as facts of nature, results of cosmic laws, or manifestations of divine will. Reification implies that man is capable of forgetting his own authorship of the human world, and further, that the dialectic between man, the producer, and his products is lost to consciousness. The reified world is... experienced by man as a strange facticity, an *opus alienum* over which he has no control rather than as the *opus proprium* of his own productive activity." (Berger & Luckmann, *The Social Construction of Reality*, pp. 89, apud, Wendt, 1992: 410)

momento veremos a importância que a questão da identidade ganha nas análises de Relações Internacionais a partir do final da década de 1980 com a introdução do pensamento pós-positivista nos estudos da área. Discutiremos a forma como o estudo da identidade começou no campo a partir do pensamento de Alexander Wendt, quando esse questiona o pressuposto realista de que todos os Estados têm sempre o mesmo interesse quando da prática de suas ações no sistema internacional ao destacar a importância das identidades dos Estados na formação dos interesses destes. (Wendt, 1992).

Em seguida, veremos as críticas que surgiram ao trabalho de Wendt, pois ainda que inovador, Wendt é acusado de se manter atrelado à epistemologia realista da teoria de Relações Internacionais, o que não o permite analisar as práticas políticas envolvidas na questão da identidade. Trabalharemos a ideia de identidade a partir de um entendimento do conceito como construção relacional dicotômica identidade/diferença, procurando analisar os contextos e as práticas políticas que estão por detrás dos discursos de identidade. Traremos, por exemplo, as ideias de David Campbell sobre a utilização da política externa americana para a manutenção e reafirmação da identidade americana ocidental perante os desafios da globalização.

Serão discutidas em seguida as contribuições das teorias feministas para o campo das Relações Internacionais, pois foram elas as primeiras a falarem dos usos políticos das identidades, tendo por objeto de análise os usos das identidades de gênero pelos teóricos tradicionais de Relações Internacionais na criação de uma disciplina que, segundo elas, se construiu a partir de uma epistemologia machista - *gendered knowledge* - não deixando espaço para que

alternativas mais “femininas” pudessem ser pensadas na construção da ordem internacional. As feministas vão falar da utilização da imagem do masculino ligada sempre ao espaço público versus a imagem do feminino, sempre preterida ao espaço privado, e pensarão sobre as consequências dessa “divisão genérica do trabalho” para nosso entendimento do funcionamento do mundo.

A discussão das contribuições das teorias feministas para a disciplina de Relações Internacionais também nos ajudará a pensar a questão da identidade como um dos exemplos das práticas de disciplinarização do ser humano moderno, tanto com relação a seu corpo, quanto às imagens (e auto-imagens) identitárias que foram se construindo, e também com relação à determinação das possibilidades de produção de conhecimento na área das ciências humanas. Essa idéia será abordada também através do pensamento de Campbell, quando este tratou em um artigo a disciplinarização da produção do conhecimento em Relações Internacionais a partir da desconstrução da identidade que os teóricos tradicionais impuseram aos pós-positivistas, ação que para Campbell é claramente uma prática política de relegar os dissidentes à marginalização. Discutiremos em seguida que além da idéia de identidade ser utilizada politicamente para o alcance de privilégios dos criadores dos discursos identitários, veremos como as identidades são impostas às pessoas, numa espécie de troca, onde elas ganham a certeza de pertencerem a algo (uma nação, por exemplo) em detrimento do direito à liberdade de construir suas identidades conforme suas próprias vontades.

Partimos então para um segundo momento nesse capítulo onde discutiremos a questão da identidade como tema que nos permite repensar a ética



nas relações internacionais, sendo nossa primeira questão o porquê de termos de nos contentar com o sucesso de determinadas identidades nacionais particulares em detrimento de outras. Quais são as práticas de inclusão e exclusão das relações internacionais que podem ser encontradas na questão da identidade?

A partir principalmente de idéias de autores ligados às abordagens pós-colonialistas olharemos para a incapacidade do Ocidente e dos teóricos das Relações Internacionais de lidarem com o diferente e discutiremos a idéia de práticas de colonização para explicar as formas historicamente utilizadas pelos ocidentais para eliminarem a angustia do encontro com o diferente quando do contato com outras culturas.

Olharemos finalmente para o que há de mais recente nas análises de Relações Internacionais sobre articulações alternativas do pensamento político que buscam a inclusão da ética no pensamento sobre as relações internacionais. Falaremos do conceito hoje muito utilizado pelos pós-positivistas de *alteridade*, e de suas idéias sobre as construções do eu e do outro nas relações internacionais, chegando finalmente à discussão sobre a argumentação que parece reunir mais adeptos da dissidência quando da busca por soluções diferentes: diálogo e negociações constantes dentro de nós e com o outro, sem uma idéia logocêntrica ou teleológica de solução máxima ou universalista.

## CAPITULO 1: O PÓS-POSITIVISMO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

“For true dissidence today is perhaps simply what it has always been: *thought*.” (Julia Kristeva apud Ashley & Walker, 1990:259)

### DESENVOLVIMENTO DA DISCIPLINA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A disciplina de Relações Internacionais é institucionalizada no Pós-Primeira Guerra Mundial num esforço conjunto de pensadores e governos Norte-americano e Inglês para criar um ambiente onde pudessem ser pensadas soluções para os conflitos internacionais sem a necessidade de se recorrer tão logo às armas. A Primeira Guerra Mundial assustou o mundo pela proporção grandiosa de sua violência. Assolados pela própria capacidade de destruição, os homens do pós-guerra precisavam pensar em uma possibilidade diferente de interação entre os países.

Os conceitos até então vigentes como ferramenta de ordem no sistema internacional de *“raison d'état”* e equilíbrio de poder são questionados e a idéia de cooperação entre os países ganha força através do conceito de segurança coletiva. A disciplina de Relações Internacionais surge, portanto como um ambiente onde se pudesse pensar a boa e justa convivência entre os países, idéia que levada ao extremo enunciava prerrogativas de uma “polis global”. Os primeiros pensadores do funcionamento da ordem internacional falavam de propostas denotadamente normativas – idealismo - vislumbrando uma forma de

convivência entre os países que deveria ser melhor do que a até então apresentada.

Não obstante, a eclosão da Segunda Guerra Mundial frustra as expectativas daqueles que acreditavam na possibilidade de uma convivência mais pacífica entre os Estados. A perfeição de caráter e as boas intenções que sugeriam os americanos - personificados no discurso dos “14 Pontos” de Woodrow Wilson - deverem ser os princípios a reger a relação entre os Estados, esbarram no rancor Alemão e num princípio de perfeição ainda mais ideal, representado na figura de Adolf Hitler.

A Segunda Guerra Mundial mostrou que só a crença num mundo ideal não o fazia perfeito para todos e que havia uma incomensurabilidade nos valores pregados por cada uma das nações tidas como mais importantes à época para a determinação da ordem internacional. Os teóricos de Relações Internacionais logo se lançaram numa empreitada de crítica ao normativismo dos primeiros pensadores da disciplina, acusando-os mesmo de por tanto idealismo, terem acreditado em um mundo que não existia, deixando de estar atentos ao que realmente estava acontecendo aos seus redores (Edward Carr, 1939).

Estabeleceu-se então na análise da política internacional um discurso dominante segundo o qual era preciso analisar as relações internacionais como elas *realmente* eram, deixando de lado as crenças idealistas e encarando a natureza do homem como ela *realmente* era: egoísta, conflituosa e sempre buscando a defesa do interesse pessoal. Raciocínio que aplicado à análise das relações internacionais, trazia de volta a razão de estado e defesa do interesse nacional como o motor maior da relação entre os Estados.

E só a análise das relações internacionais como elas realmente eram não bastava, era preciso fazer isso de forma científica, pois a ciência traria o rigor e o método necessários a uma área que pretendia produzir conhecimento a fim de explicar a ordem internacional e proporcionar mecanismos de análise que auxiliassem na prevenção de conflitos como os vividos durante a primeira metade do século XX. Buscava-se encontrar nas relações entre os Estados as mesmas regularidades que se via na natureza, para que assim teorias pudessem ser extraídas da observação do comportamento dos Estados, proporcionando fundamentos para a previsão de comportamentos futuros e maneiras de intervenção nesses comportamentos. A necessidade de fazer da disciplina de Relações Internacionais algo mais científico coadunava com o que acontecia nas outras áreas que estudavam as chamadas “ciências humanas” e, acima de tudo, com o valor da modernidade que propunha a utilização da razão instrumental como principal caminho para a emancipação humana.

Assim se desenvolveu a produção do conhecimento na área de Relações Internacionais desde o realismo de Hans Morgenthau: uma ciência que analisava o comportamento dos Estados tendo como principal objeto de estudo o Estado-Nação e como premissas básicas a idéia de que os Estados conviviam em um sistema anárquico e estariam defendendo de forma racional o interesse nacional, sendo este sempre definido em termos de poder.

Entretanto, a segunda metade do século XX vai se destacar por diversos questionamentos no campo da produção de conhecimento. Ainda que a Segunda Guerra tenha servido de fator motivador do realismo na disciplina de Relações Internacionais, ela é vista pelas outras áreas das ciências humanas como um

momento de desilusão com o pensamento racional instrumental, colocando em cheque a posição privilegiada que o conhecimento científico ganhou na sociedade moderna.

As Relações Internacionais, no entanto, só vão conhecer as mudanças que vinham ocorrendo nas outras áreas das ciências humanas no período Pós-Guerra Fria. A ordem internacional da Guerra Fria caracterizada pela bipolaridade de duas grandes potências competindo pela hegemonia ideológica e equilibradas pela ameaça de destruição total que representou a bomba atômica, podia ser encaixada numa visão realista do sistema internacional. Não obstante, o fim da Guerra Fria surpreende os analistas de Relações Internacionais que não conseguiram prever um desmantelamento tão pacífico da União Soviética e menos ainda os conflitos nacionalistas que se seguiriam à desestruturação da superpotência oriental, dando margem ao surgimento de críticas às teorias tradicionais da área. Consoante o historiador John Lewis Gaddis:

(...) As principais abordagens teóricas que modelaram a disciplina de Relações Internacionais desde Morgenthau têm todas em comum, como um de seus principais objetivos, a antecipação do futuro. Tanto na ciência quanto na política, tanto pelos padrões do pensamento de prevenção ou dos modelos mais relaxados de previsão, o papel da teoria sempre foi não somente falar do passado e explicar o presente, mas fornecer ao menos uma previsão do que estaria por vir. A isso se segue, portanto, que uma maneira de conferir a validade das teorias é ver se tiveram sucesso em suas empreitadas. (...) a teoria de relações internacionais respondeu bem a importante tarefa que se propôs de prever o futuro da Guerra Fria?<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> "(...) the major theoretical approaches that have shaped the discipline of international relations since Morgenthau have all had in common, as one of their principal objectives, the anticipation of the future. Whether in science or politics, whether by the tough standards of prediction or the more relaxed ones of forecasting, the role of theory has always been not just to account for the past or to explain the present but to provide at least a preview of what is to come. It follows therefore, that one way to confirm the validity of theories is to see how successfully they perform each of the tasks expected of them. (...) how well did international relations theory carry out the important task it set for itself, which was forecasting the future of the Cold War?" (Gaddis, 1992:10)

Sabendo que a resposta à pergunta de Gaddis é negativa, vemos que, no campo teórico das relações internacionais, o fim da Guerra Fria traz repercussões importantes, pois se o principal objetivo das teorias de relações internacionais era observar o comportamento dos Estados no escopo de prever suas atitudes, a forma surpreendentemente pacífica como se deu o encerramento do conflito demonstrou a inabilidade das teorias de alcançarem satisfatoriamente seus objetivos.

Outro fato que marcará as duas últimas décadas do século XX como um período de grande mudança na agenda de pesquisa dos analistas de Relações Internacionais é a aceleração do processo de globalização. Desde os anos 1960 as atenções dos analistas de Relações Internacionais já se dividiam entre o duelo ideológico entre as superpotências e o que vinha acontecendo na Europa e no Japão com a recuperação econômica dos dois países e, sobretudo com a Europa ensaiando uma unificação não só econômica, mas política e social. O desenvolvimento de importantes inovações tecnológicas, somado a uma economia de livre mercado, afetará o dia a dia da população mundial, que, principalmente a partir dos anos 1990 passa a ter as fronteiras de seus países invadidas por questões sobre imigração, refugiados, desigualdade, cultura de massa dentre outras. Consoante Barry Buzan e Richard Little<sup>8</sup>:

---

<sup>8</sup> Utilizaremos por diversas vezes idéias do texto **Why international relations has failed as an intellectual project and what to do about it** de Barry Buzan e Richard Little (op. cit., 2001), pois encontramos neste texto importantes críticas à produção de conhecimento na área de Relações Internacionais. Vale destacar, entretanto, que apesar de críticos às correntes dominantes, Buzan e Little, não são considerados representantes do pós-positivismo, mas sim, representantes da chamada “Escola Inglesa” de Relações Internacionais. O debate sobre as contribuições da Escola Inglesa é extenso, sendo mesmo que uns acreditam ser ela a precursora do construtivismo

Durante os anos 1990, o termo globalização serviu para explicar quase todas as preocupações dos escritores de RI. A idéia principal por detrás do conceito de globalização é que o sistema internacional tem que ser entendido não somente em termos da relação entre os Estados, mas também em termos de uma complexa rede de interações que liga as pessoas. RI tem, portanto feito importantes progressos no sentido de entender como seu objeto de estudo a questão de como os seres humanos se organizam política, econômica, social e ecologicamente e como os diferentes aspectos dessa organização afetam uns aos outros. (Buzan & Little, 2001:21)<sup>9</sup>

O colapso da União Soviética foi um grande marco de mudança na ordem do sistema internacional, pois representou a substituição de uma longa era caracterizada pela rivalidade ideológica por novas configurações das relações inter-estatais. O desmantelamento das antigas estruturas do sistema internacional pôs a pique modelos geopolíticos familiares, espalhando incerteza global acentuada pelas novas armas de destruição em massa assim como pelas novas formas de produção em massa. O mundo ideologicamente dividido do pós-guerra foi rapidamente substituído por uma realidade de um mercado global na qual tempo e espaço já não correspondem mais à realidade do Pós-Segunda Guerra. (Knutsen, 1997:264).

Questões como cultura, identidade, nacionalismo, tornam-se, portanto ordem do dia das análises dos teóricos da disciplina de Relações Internacionais e a incorporação dessas novas questões virá junto com um movimento maior, de trazer os questionamentos que já vinham sendo feitos nas outras áreas das

---

enquanto outras negam a sua existência. No entanto, a discussão desse debate ultrapassaria as propostas desse trabalho.

<sup>9</sup> “During the 1990s, the catch phrase globalization has come increasingly to define the preoccupations of IR writers. The scope of globalization means that the international system has to be understood not just in terms of the relations among states but also in terms of an entire network of interactions that bind people together. IR has thus been making steady progress towards taking as its subject the question of how humankind is organized politically, economically, socially, and ecologically and how the different aspects of its organization play into each other. “ (Buzan & Little, 2001:21).

ciências humanas para o campo das Relações Internacionais. As teorias de Relações Internacionais já não davam conta de explicar satisfatoriamente o cenário mundial do Pós-Guerra Fria, e alguns pensadores de Relações Internacionais partem então para jornada mais interdisciplinar no escopo de fazer uma revisão das fundações do pensamento da disciplina. Consoante Knutsen:

O antigo e familiar mundo da Guerra Fria desfez-se, inesperadamente, durante os anos 1990, impulsionando os estudantes da política internacional a redirecionar sua atenção para novas questões e problemas. Conceitos familiares, através dos quais o mundo era observado e compreendido, perderam o sentido. À questão *o que* nós deveríamos estudar foi acrescentada a pergunta *como* nós deveríamos estudar. (Knutsen, 1997:268)<sup>10</sup>

Para os autores que se dispuseram a criticar a produção de conhecimento na área, era preciso trazer de volta as questões meta-teóricas<sup>11</sup>, e fazer maior uso de instrumentais desenvolvidos pelas outras áreas das ciências humanas, como filosofia, antropologia, lingüística, psicologia, e sociologia para compreender um mundo que apesar de dividido entre Estados, tem suas decisões tomadas por seres humanos. Nas palavras de Barry Buzan e Richard Little:

O final da Guerra-Fria foi marcado por uma explosão de interesse nas questões sociológicas de identidade e nas questões sobre a moralidade e legalidade dos direitos humanos. Assim, nas últimas décadas, tem crescido a consciência de que o objeto de estudo das Relações Internacionais é um sistema internacional que não se resume somente a uma construção político-militar, mas que é também uma construção econômica, sociológica e histórica. (Buzan & Little, 2001:21)<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> “The old, familiar Cold-War world unraveled unexpectedly during the 1990s, forcing students of international politics to redirect their attention towards new questions and issues. Moreover, familiar concepts, through which the world was observed and understood, were corroded. To the question of *what* we should study was added a mounting uncertainty about *how* we should study.” (Knutsen, 1997:268)

<sup>11</sup> Sobre o assunto ver também Lapid, 1989.

<sup>12</sup> “The ending of the Cold War saw an explosion of interest in sociological questions of identity and in moral and legal questions of human rights. Over the last few decades, consciousness has thus



Na elaboração dos seis princípios da Teoria Realista, Hans Morgenthau separou da dimensão da política internacional a dimensão moral, pois para ele, no âmbito da política internacional a “razão de estado” deveria prevalecer sobre qualquer moral, dada a incomensurabilidade dos valores dos diferentes países (Morgenthau, 2003). Boa parte das análises dos críticos às visões tradicionais da política internacional que surgem no final do século XX vão questionar essa separação feita por Morgenthau e vão buscar retomar possibilidades de se pensar eticamente as relações internacionais, através do questionamento das fundações básicas do pensamento na disciplina, revendo a ontologia, epistemologia e metodologia a partir das quais foram estabelecidas as principais teorias de Relações Internacionais.

O estudo da Política Internacional e as teorias derivadas desse estudo foram também geralmente vistos como um discurso separado dos demais campos que se preocupavam com o pensamento político e social devido à virtude e distinção do seu objeto de estudo – a relação entre Estados soberanos – e da natureza a-temporal das generalizações por ele produzidas (Brown, 1994:213). As abordagens críticas surgem com a idéia de derrubar as cercas que separavam a Teoria de Relações Internacionais das demais áreas das ciências humanas pelas mãos dos pensadores pós-positivistas que Chris Brown chama de “insurgentes” (Brown, op. cit.: 214), e eles próprios, se denominam “dissidentes” (George & Campbell, 1990) . Esses pensadores trazem para as teorias de Relações

---

grown that the object of the study of IR is an international system, which is not just a political-military construct, but also an economic, sociological, and historical one.” (Buzan & Little, 2001:21)

Internacionais a discussão da crise do discurso da modernidade, que tem como uma de suas características mais importantes a crítica à idéia de ciência como correspondência entre teoria, observação e realidade. Influenciados por Thomas Kuhn eles trabalham a dificuldade de se diferenciar a ciência da pseudociência<sup>13</sup>, e trazem a discussão sobre “o empobrecimento do mundo oriundo de uma excessiva dependência na supostamente libertadora força da racionalidade” (Brown, 1999:216).

Consoante Torbjorn Knutsen, o Fim da Guerra Fria simboliza não só o final de um conflito, mas o final de uma Era – a Era Moderna -, que teve início com as grandes navegações e a idéia iluminista de civilização, consolidou-se com o domínio do mundo pelo pensamento ocidental e entra em colapso exatamente com o questionamento dos valores pregados pelo Ocidente (Knutsen,1997:269). Tal movimento afeta substancialmente a disciplina de Relações Internacionais que foi construída a partir de parâmetros ocidentais de produção de conhecimento e para, além disso, segundo os pensadores mais críticos, foi formulada para pensar um mundo - o sistema de Estados - também criado pelo Ocidente – mais especificamente a Europa - e que vem sendo questionado pela globalização. Para Buzan e Little:

Se este é um retrato preciso, então é difícil escapar às conclusões de que as próprias definições de Relações Internacionais são crescentemente lançadas

---

<sup>13</sup> Kuhn desafia a autoridade da ciência e do método científico ao sugerir que o conhecimento é produzido pelas comunidades sociais segundo consensos sobre normas, tradições e regras de leitura e interpretação. Segundo Kuhn, os cientistas estão envolvidos em comunidades e seguem as regras e normas dessas comunidades, logo, suas investigações e avaliações estarão sempre influenciadas pelas comunidades e as exigências destas, o que impossibilitaria a investigação neutra. É nesse sentido também que Kuhn vai falar do aprisionamento do pensamento científico a determinados paradigmas e da dificuldade de romper com esses mesmos paradigmas (George & Campbell, 1990:275)

como algo além de um conglomerado multidisciplinar. A disciplina de Relações Internacionais tem o potencial e a alegável obrigação de tornar-se um tipo de meta-disciplina, ligando juntamente, de forma sistemática, os *macro-sides* das ciências sociais e da história. Se as Relações Internacionais têm um papel óbvio na divisão do trabalho intelectual e acadêmico, ele é, precisamente, construir pontes e estabelecer um terreno comum nos caminhos que transcendem as fronteiras disciplinares. (Buzan & Little, 2001:22)<sup>14</sup>

A dissidência em Relações Internacionais propõe uma crítica à razão Ocidental Moderna que, como nos falava Max Weber, foi o principal instrumento do desencantamento do mundo - sendo este processo entendido outrora como um progresso da Idade das Trevas para a Idade Moderna – mas agora, utilizada ao extremo pela sociedade moderna e auxiliada pelo avanço da ciência e da tecnologia, fez do homem apenas ferramenta. Nas palavras de Heidegger, ferramentas “com o humano desaparecendo no processo” (Heidegger, 1977 apud Brown, 1999:216).

Nesse sentido, em diferentes tons, os dissidentes utilizarão a idéia de perspectivismo de Nietzsche – “...a física também é apenas uma interpretação e arranjo do mundo...e não uma explicação do mundo” (Nietzsche, 1971:26 apud Brown 1999:216) - para sugerir uma solução ao niilismo que toma conta do homem máquina da modernidade. Esse perspectivismo, lá em Nietzsche, tem como pano de fundo a crença na transvaloração, ou seja, o pensar além do bem e do mal como nova forma de olhar a existência humana.

---

<sup>14</sup> “If this is an accurate portrayal, then it is hard to escape the conclusion that IR’s self definitions are increasingly casting it as something more than a multidisciplinary conglomerate. It has the potential, and arguably the obligation, to become a kind of meta-discipline, systematically linking together the macro-sides of the social sciences and history. If IR has an obvious role in the intellectual and academic division of labor, it is precisely to build bridges and establishes a common ground in ways that transcend disciplinary boundaries.” (Buzan & Little, 2001:22)

Ao traçar sua genealogia da moral Nietzsche desconstrói alguns dos preceitos fundamentais da modernidade. Se não existe uma moral, mas sim a moral de cada indivíduo, não existe a verdade, mas a verdade de cada indivíduo, e vice e versa. Isto é, Nietzsche substitui a busca da verdade do pensamento científico pela busca da verdade de cada um relativizando assim a idéia de verdade. O filósofo proclama o fim da metafísica e substitui conceitos como racionalidade, moral e liberdade por noções de responsabilidade, consciência e autonomia.

Gradualmente foi se revelando para mim o que toda grande filosofia foi até o momento: a confissão pessoal de seu autor, uma espécie de memórias involuntárias e inadvertidas; e também se tornou claro que as intenções morais (ou imorais) de toda filosofia constituíram sempre o germe a partir do qual cresceu a planta inteira. (Nietzsche, 1992:13)

Para Nietzsche não existe uma realidade dada, exógena ao indivíduo, mas uma constante interação entre indivíduo e meio. Não existe mais a possibilidade do conhecimento objetivo e da separação entre sujeito e objeto. Menos ainda a possibilidade de uma verdade estática. O mundo é um fluxo contínuo, ou um eterno retorno, não um mundo acabado, logo, não é possível imaginar um mundo unitário e compreensível.

Não existem fatos, apenas interpretações. A partir disso, tiramos a impossibilidade da existência de conceitos atemporais, descontextualizados. Nesse sentido, entendemos as questões de poder e liberdade em Nietzsche. Para o filósofo, se existe uma essência no ser humano essa essência é a vontade de potência, sendo que o poder é um processo em que o homem pode exercer sua ação autonomamente, ser o agente de sua ação. Logo, poder não é a capacidade

que um tem de impor sua vontade ao outro, mas um contínuo processo em que o homem se torna autor consciente de suas ações. Poder é processo criativo. A liberdade é, portanto a possibilidade do homem de exercer sua vontade de potência, de ser criador.

Segundo Nietzsche, os humanos são fundamentalmente motivados pelo desejo de experimentar a si próprios como autônomos. O telos de uma ação é experimentar o eu como agente. A autonomia do eu é para o filósofo o motivo universal e, portanto, o valor universal dos seres auto-reflexivos. Assim, Nietzsche entende o Estado como uma prisão que quer fazer da vida humana o mínimo exercício biológico possível. O filósofo percebe o Estado como querendo tornar impossível a realização das pulsões humanas. Somando a prisão corporal do Estado com a prisão mental que seria o cristianismo, Nietzsche vê o homem moderno como um ser que tem aprisionados corpo e alma. Daí a idéia de um super-homem, o homem autoconsciente capaz de se libertar e de tomar para si a autonomia de suas ações.

Estado? Que é isso? Pois seja! Abri bem os ouvidos, porque, agora, vou dizer-vos a minha palavra sobre a morte dos povos. Chama-se Estado o mais frio de todos os monstros frios. E, com toda frieza, também mente; e esta mentira sai rastejando da sua boca: “eu, o Estado, sou o povo!” (...) nasce gente demais; para os supérfluos, inventou-se o Estado! (Nietzsche, 2000:75)

Em síntese, Nietzsche critica a concepção cartesiana do sujeito do acontecimento: não existe mais um sujeito purificado de todas as contingências da vida. O filósofo critica, portanto, a concepção da verdade, mostrando o papel da

linguagem na constituição do conhecimento ou das verdades, revelando o modo pelo qual os homens elaboram seus conceitos<sup>15</sup>.

Nas abordagens dissidentes em Relações Internacionais, essa transvaloração será encontrada na quebra das dicotomias oriundas da dialética da divisão que foram utilizadas na construção do discurso das teorias tradicionais que criaram a “cartografia moral” (Shapiro & Campbell, 1999) do mundo como nós o entendemos, sobretudo, da dicotomia dentro e fora ou doméstico e internacional (Walker, 1993).

Enquanto neo-realistas e neoliberais entendem o poder material como a única e mais importante fonte de influência e autoridade na política global, os pós-positivistas levam em conta em suas análises tanto o poder material quanto o discursivo – poder do conhecimento, das idéias, da cultura, da ideologia, da linguagem – isto é, os pós-positivistas entendem o poder a partir de Nietzsche e Foucault, como um processo produtivo que se manifesta das mais diversas formas. As análises são, portanto voltadas para a observação do poder das práticas sociais, isto é, a capacidade de reproduzir os significados intersubjetivos que constituem estruturas sociais e atores, práticas essas que se manifestam nas Relações Internacionais.

O pensamento crítico apresentado nessa dissertação é, portanto, não só uma crítica à metodologia utilizada pelas teorias tradicionais de Relações Internacionais para explicar o cenário internacional, mas é também uma crítica à forma como o próprio cenário internacional foi criado por essas teorias. Para tanto,

---

<sup>15</sup> Ver: STINER, Larry (1982); WARREN, Mark (1985); THIELE, Leslie Paul (1990); NIETZSCHE, Friedrich (1992, 2000, 2003)

utilizaremos autores que, desde o final da década de 1980, vem trabalhando fora das correntes dominantes das Relações Internacionais, introduzindo uma nova forma de se pensar a construção do cenário internacional, autores esses que, como mencionado anteriormente, buscam através da interdisciplinaridade repensar as formulações costumeiras das teorias da área. Logo, a proposta desse capítulo é discutir a maneira como se deu a produção de conhecimento na disciplina de Relações Internacionais durante os primeiros 45 anos da institucionalização da área para então podermos abrir espaço para pensarmos possibilidades de novas formas – éticas - de relação entre os seres humanos.

## **METODOLOGIA E EPISTEMOLOGIA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

### **Racionalismo**

As teorias tradicionais de Relações Internacionais apresentam usualmente duas características fundamentais: são teorias racionalistas e são teorias fundamentadas no método positivista. Daí, alguns autores dizerem que o debate que se trava entre as correntes neo-realista e neoliberal – correntes dominantes na área - é um debate interparadigmático uma vez que as duas linhas teóricas compartilham um mesmo paradigma: o positivismo<sup>16</sup>. Veremos nesse tópico como essas duas características influenciaram a produção de conhecimento na área e quais as principais críticas que se fazem ao racionalismo e ao positivismo.

---

<sup>16</sup> Sobre o assunto ver Reus-Smit, 1996; Mello, 1997.

O racionalismo pode ser entendido como uma visão sobre como o conhecimento científico deve ser produzido, originada principalmente a partir de Descartes e seu famoso “penso, logo existo”. Por longa data, a visão empirista (o conhecimento advém da observação empírica dos fenômenos) dominou a produção de conhecimento nas ciências, no entanto, percebeu-se que só a visão empirista não era capaz de fornecer respostas para o entendimento dos mecanismos presentes no mundo social, particularmente, porque não levava em conta os fatores não observáveis que estavam por detrás dos fenômenos.

Para os racionalistas, a razão é a única propriedade da mente humana capaz de trabalhar a relação entre as coisas observáveis e os mecanismos causais - não observáveis – que estão em ação durante a ocorrência de determinado evento. Diferentemente dos empiristas, os racionalistas argumentam que os sentidos nunca podem nos fornecer o entendimento do mecanismo que gera as percepções observáveis, e revelam assim as lacunas do pensamento empirista: a garantia oferecida pelo empirismo é muito restrita porque não considera as realidades não observáveis tão importantes na análise dos acontecimentos do mundo social, como as estruturas sociais, por exemplo. Além disso, o empirismo não permite falar em causas uma vez que a pesquisa é limitada à previsão e não envolve explicações (Smith, 1996:21). Assim, temos dois princípios gerais do racionalismo: a idéia de que todo evento tem uma causa e a percepção de que a realidade nunca existe de per si, exigindo sempre a interpretação da razão.

Consoante Katzenstein, Keohane e Krasner, os termos chaves do pensamento racional em Relações Internacionais são: preferência, informação,



estratégias, e conhecimento em comum. Segundo os autores, os racionalistas acreditam no pressuposto da razão instrumental como um meio de ligação fundamental entre o meio e o comportamento dos atores. O principal objetivo do projeto racionalista é explicar as estratégias e as preferências (Katzenstein et alii, 1999:38):

As teorias racionalistas derivadas da economia, por exemplo, oferecem a seguinte heurística: se você tem um quebra-cabeça, formule-o como um problema para atores racionais com interesses especificados não problematizados, competindo numa situação caracterizada por recursos escassos. (Katzenstein *et alii*, 1999:36)<sup>17</sup>

O racionalismo tornou-se uma das bases fundacionais das teorias de Relações Internacionais. Não obstante, assim como a visão empirista, o racionalismo é problemático quando aplicado como metodologia para explicar a realidade. São duas as principais críticas que se faz ao pensamento racional. A primeira revela – conforme vimos em Nietzsche - que diferentemente do que diz o racionalismo, não existe uma única idéia de razão, isto é, indivíduos diferentes têm intuições diferentes sobre o mundo, ou ainda, culturas diferentes pensam o mundo de forma diferente. A segunda crítica, também usada contra o pensamento racionalista, é com relação à idéia de que existe o mundo real a ser explicado. Para os empiristas esse mundo existia lá fora, independentemente do sujeito que o observava; para os racionalistas, o mundo existe a partir da razão, mas eles entendem a razão como universal, ou seja, o mundo que existe é igual para todos. A pergunta feita pelos críticos é: como podemos saber o que existe nas outras mentes se aceitamos que as intuições podem ser diferentes? (Smith, 1996:23)

---

<sup>17</sup> “Rationalist theories derived from economics, for instance, offer the following heuristic: if you have a puzzle, formulate it as a problem for rational actors with unproblematically specified interests, competing in a situation characterized by scarce resources” (Katzenstein *et alii*, 1999:36)

Os pensadores pós-positivistas das Relações Internacionais terão no racionalismo, portanto um dos principais objetos de sua crítica às teorias tradicionais de Relações Internacionais. Para eles, o racionalismo funcionou como forma de imposição de uma visão ocidental do mundo, servindo como empecilho para que se pudesse observar os outros mundos que compõem as relações internacionais. Os pós-positivistas tendem, portanto a uma desconfiança perante modelos científicos universais que explicam a política mundial. Oferecem uma metodologia baseada na interpretação histórica e textual; insistem na importância da reflexão humana sobre a natureza das instituições e sobre o caráter da política mundial e consideram as Relações Internacionais como um conjunto de fenômenos socialmente construídos.

A crítica ao racionalismo é bastante extensa e será apresentada em diferentes momentos dessa dissertação. Já falamos da ideia de perspectivismo de Nietzsche e sua influência na mudança da agenda na disciplina de Relações Internacionais a partir do final da década de 1980. Mas também veremos os problemas do racionalismo quando for apresentada a discussão sobre a crise da modernidade e na finalização da dissertação, quando abordaremos a dificuldade da disciplina de Relações Internacionais em lidar com o diferente.

## **Positivismo**

O método positivista surge na metade do século XIX a partir da intenção do filósofo Auguste Comte de desenvolver uma ciência da sociedade baseada nos métodos das ciências naturais. Seu intuito maior era revelar as leis causais da

evolução que explicavam o fenômeno a ser observado, no caso, a sociedade<sup>18</sup>. Para Comte, a ciência era o terceiro estágio do conhecimento, que progredia do conhecimento teológico para o conhecimento metafísico e em seguida para o positivismo, pois para ele, as ciências eram organizadas hierarquicamente com a matemática na base e a sociologia no topo, podendo ser unificadas pelo método (Smith, 1996:14).

O positivismo utilizado como método pelos teóricos da disciplina de Relações Internacionais teve quatro principais pressupostos: 1. a crença na unidade da ciência; 2. a distinção entre fatos e valores; 3. a crença na existência de regularidades no mundo social; 4. e a crença na possibilidade da pesquisa real (Smith, 1996; Neufeld, 1995). A crença na unidade das ciências se refere à idéia de que as mesmas metodologias e epistemologias poderiam ser aplicadas a todas as áreas de pesquisa. Isto é, partindo de uma visão naturalista, mais radical para uns teóricos e menos para outros, segundo a qual não existem diferenças fundamentais entre o mundo natural e o mundo social, acreditava-se na possibilidade de utilização de único método para a produção de conhecimento em todas as áreas. A unificação da ciência pelo método sugeria a identificação de leis universais operantes na sociedade humana, assim como nas ciências naturais:

Em Relações Internacionais, um exemplo da versão mais radical é a visão de que o sistema internacional é essencialmente igual aos sistemas do mundo natural; a versão mais conservadora é ilustrada pela pretensão de que os métodos científicos podem ser usados para entender as crenças dos tomadores

---

<sup>18</sup> “Comte, o precursor do positivismo, enfatiza a idéia do homem como um ser social e propõe o estudo científico da sociedade: assim como há uma física da Natureza, deve haver uma física do social, a sociologia, que deve estudar os fatos humanos usando procedimentos, métodos e técnicas empregados pelas ciências da Natureza”. (CHAUÍ, Marilena 1999:272)

de decisão mesmo isso não significando que essas crenças seguem (fortes) leis de comportamento. (Smith, 1996:16)<sup>19</sup>

O segundo pressuposto - a crença na distinção entre fatos e valores - corresponde à idéia de que é possível observar o mundo objetivamente sendo os fatos entendidos como teoricamente neutros, apesar da constatação de que as observações são desde sempre, subjetivas. Tal pressuposto aparece também como a idéia de neutralidade do conhecimento científico, segundo a qual o conhecimento produzido pela metodologia positivista é um conhecimento não afetado por compromissos valorativos. Isto é, os positivistas acreditam na possibilidade de separação entre o factual e o normativo; o que leva à caracterização de teorias, na disciplina de Relações Internacionais, como científicas ou normativas, sendo as segundas sempre desvalorizadas na história das Teorias de Relações Internacionais (Neufeld, 1995:44). Esta idéia é percebida quando da identificação do idealismo como uma teoria normativa porque fala do mundo como ele “deve ser” versus a idéia da teoria realista, de explicar o mundo como “ele realmente é”.

O terceiro pressuposto - a crença na existência de regularidades no mundo social - permite uma análise dedutiva-nomológica para explicação das leis que regem esse mundo. No modelo de explicação dedutivo-nomológico, explicar um fenômeno consiste em estabelecer uma conclusão descrevendo tal fenômeno através de demonstrações de leis científicas e de descrições dos fatos empíricos

---

<sup>19</sup> “In IR an example of the strong version might be the view that the international system is essentially the same as the systems of the natural world; the weaken version is illustrated by the claim that scientific methods can be used to understand the beliefs of decision-makers even though this does not mean that these beliefs follow some (strong) laws of behavior”. (Smith, 1996:16)

anteriormente conhecidos, ou, as condições iniciais da pesquisa. A consequência desse pressuposto é a busca incessante dos cientistas pela observação das regularidades de um mundo que é mais caracterizado pelas inconstâncias.

De acordo com este método, o cientista inicia sua análise a partir de um evento que requer explicação. Ela/ele desenvolve uma hipótese para explicar sua ocorrência a qual – se verdadeira – pode ser utilizada para derivar uma lei geral. Essa hipótese é então testada contra as condições iniciais transformadas. Se as previsões advindas da hipótese forem verdadeiras, a hipótese é confirmada. (Neufeld, 1995:29)<sup>20</sup>

O último pressuposto - a possibilidade da pesquisa real reveladora das verdades do mundo, alcançada pelo conhecimento científico – reflete a crença positivista na existência de uma realidade “lá fora” que independe da observação do cientista. Em consequência da crença na existência de uma realidade “lá fora”, se faz possível a pesquisa e explicação de tal realidade. Neufeld define esse pressuposto como a idéia da “verdade como correspondência” segundo a qual o conhecimento positivo, diferentemente do teológico ou metafísico, é confiável porque corresponde diretamente ao reino observável, empírico, sendo exatamente essa correspondência a garantia da “verdade” do conhecimento científico (Neufeld, 1995:33).

A utilização do positivismo como método predominante nas análises teóricas de Relações Internacionais nasce da vontade da disciplina de Relações Internacionais de se aproximar das ciências exatas - particularmente a física - na capacidade de produção de verdades sobre a política internacional, como vimos

---

<sup>20</sup> “According to this method, the scientist starts with an event that requires explanation. S/he then develops a hypothesis to account for its occurrence which – if true – can be used to derive a general covering law. This hypothesis is then tested against changed initial conditions. If the predictions stemming from the hypothesis are true, the hypothesis is confirmed.” (Neufeld, 1995:29)

na introdução desse capítulo ao enunciarmos os princípios do pensamento realista de Morgenthau. No entanto, com o desenvolvimento da física quântica, os pressupostos da física mecânica são questionados, dentre eles o próprio pressuposto da existência de uma realidade independente da observação humana. Para Smith:

... é certamente evidente que nas relações internacionais o positivismo tendeu a um compromisso com a metodologia da ciência natural, modelada na visão da física do princípio do século XX, ou seja, uma física anterior ao desenvolvimento epistemológico revolucionário da mecânica quântica nos anos de 1920, que alterou fundamentalmente a idéia vigente de que o mundo físico pudesse ser observado com exatidão. (Smith, 1996:17)<sup>21</sup>

## **Implicações do Positivismo para a disciplina de Relações Internacionais:**

### **Positivismo confundido com epistemologia**

A principal crítica dos pós-positivistas ao método positivista é que a forma como foi utilizado - particularmente pelos teóricos das Relações Internacionais - para além de determinar “como” devemos estudar as relações internacionais, o positivismo determina o que “pode e deve” ser estudado em relações internacionais porque determina - a partir de sua epistemologia - a ontologia das relações internacionais; isto é, o que “existe” ou o que deve ser entendido como a realidade do sistema internacional:

Ao mesmo tempo, a influência do positivismo na disciplina foi e continua sendo tão grande, que o uso do método já é visto quase como senso comum. Mas mais importante ainda tem sido o papel do positivismo em determinar, em nome da ciência, o que deve ser entendido como objeto de pesquisa das relações

---

<sup>21</sup>“...it is certainly evident that in international relations positivism has tended to involve a commitment to a natural science methodology, fashioned on an early twentieth century view of physics, that is to say a physics before the epistemologically revolutionary development of quantum mechanics in the 1920's, which fundamentally altered the prevailing view of the physical world as one which could be accurately observed.” (Smith, 1996:17)

internacionais. Sua epistemologia tem tido enormes conseqüências ontológicas e isso tem afetado não apenas o estudo, mas também a prática das relações internacionais. No lugar do positivismo, a teoria internacional precisa desenvolver fortes teorias pós-positivistas baseadas na variedade epistemológica porque muito mais que epistemologia está em jogo. (Smith, 1996:38)<sup>22</sup>

Consoante Smith, o problema da teoria de Relações Internacionais ter limitado a ontologia das relações Internacionais à epistemologia positivista é que a epistemologia positivista advém da visão empirista de mundo. Isto é, se a epistemologia é composta somente por aquilo que pode ser observado empiricamente, e se isso é também entendido como a realidade das relações internacionais, a produção de conhecimento fica restrita ao que pode ser observado empiricamente limitando sobremaneira o pensamento na disciplina de Relações Internacionais. Nas palavras de Smith:

Eu não aceito a visão de que empirismo = positivismo = epistemologia + metodologia; antes, positivismo é uma posição metodológica amparada por uma epistemologia empirista que fundamenta nosso conhecimento do mundo na justificativa (bruta) da experiência e, desse modo, licencia a metodologia e a ontologia, pois elas são empiricamente fundamentadas. (Smith, 1996:17)<sup>23</sup>

No intuito de preencher os requisitos para fazer da disciplina de Relações Internacionais uma ciência, os analistas de relações internacionais aderiram a

---

<sup>22</sup> “At the same time, positivism’s dominance of the discipline has been, and continues to be so great that it has come to be seen as almost common sense. But more important still has been positivism’s role in determining in the name of science, just what counts as the subject matter of international relations. Its epistemology has had enormous ontological effects, and these have affected not only the study but also the practice of international relations. In positivism’s place, international theory needs to develop strong post-positivist theories based on a variety of epistemologies because much more than epistemology is at stake.” (Smith, 1996:38)

<sup>23</sup> “I do not accept the view that empiricism = positivism = epistemology + methodology; rather positivism is a methodological position reliant on an empiricist epistemology which grounds our knowledge of the world in justification by (ultimately brute) experience and thereby licensing methodology and ontology in so far as they are empirically warranted.” (Smith, 1996:17)

uma epistemologia que se adequasse à metodologia – positivismo - e confirmasse, conseqüentemente, a ontologia da política internacional. A forma de conhecer (método) o que conhecemos (epistemologia) determinou os limites do que poderia ser conhecido, e esses limites ficaram muito reduzidos já que a metodologia adotada era baseada em uma epistemologia empirista que fundamenta nosso conhecimento do mundo somente na experimentação. Logo, um dos problemas para os pós-positivistas é exatamente fazer a diferenciação entre epistemologia, ontologia e metodologia para podermos separar o positivismo do empirismo, abrindo espaço para formulações alternativas da epistemologia utilizada no pensamento sobre as relações internacionais. Os pós-positivistas procuram mostrar que a epistemologia utilizada na produção de conhecimento na disciplina de Relações Internacionais determina uma realidade, e uma realidade reduzida à experimentação, mas não A realidade e menos ainda, o mundo como ele realmente é:

Em suma, a corrente dominante da teoria internacional, na verdade, nunca se deu o trabalho de examinar suas proposições positivistas, nem quais alternativas estão disponíveis. A resposta de Keohane<sup>24</sup> para as propostas alternativas ilustra esta pobreza de imaginação. (Smith, 1996:32).<sup>25</sup>

---

<sup>24</sup> Ao falar de Keohane, Steve Smith se refere ao já citado discurso de Keohane no ano de 1988 quando ele era Presidente da ISA. Como vimos anteriormente, nesse discurso, Keohane fala das abordagens alternativas que estão aparecendo nas análises de Relações Internacionais, mas pede que uma agenda de pesquisa “mais positivista” seja definida por essas abordagens para que elas ganhem credibilidade na área.

<sup>25</sup> “In short, mainstream international theory has never really bothered to examine its positivist assumptions, nor what alternatives are available. Keohane’s response to one such move to develop an alternative illustrates this poverty of imagination”. (Smith, 1996:32).



## MODERNIDADE

A idéia de positivismo sendo confundido com epistemologia nos leva a uma questão maior que é discutida pelas ciências humanas em geral e passa a ser levada em conta pelos analistas das Relações Internacionais a partir do pensamento pós-positivista. Para entendermos porque o método positivista acabou por determinar a nossa concepção de realidade, é mister abordar a idéia de discurso da modernidade – que argumentamos nessa dissertação estar passando por um momento de crise.

Entendemos o discurso da modernidade como referência a um período histórico subsequente à Idade Medieval, cujo tema seria a passagem do controle dos sentidos da vida humana da mão de Deus ou da Igreja para a mão dos seres humanos, sendo o principal instrumento da humanidade para fazer essa passagem a razão instrumental. Na Idade Medieval era a idéia de Deus a responsável pela organização do caos de incertezas que é a vida humana ao dar um sentido teológico para nossa existência. Na Idade Moderna esse caos será organizado pela idéia de razão; “ponto arquimediano”<sup>26</sup> do ser humano moderno que resulta como instrumento de controle da ansiedade cartesiana<sup>27</sup> oriunda de uma vivencia sem sentido definido ou determinado.

---

<sup>26</sup> “Arquimedes, para tirar o globo terrestre de seu lugar e transportá-lo para outra parte, não pedia nada mais que um ponto que fosse fixo e seguro”. (Descartes, 1975 apud Matos 1998).

<sup>27</sup> (...)“the notion, central to identitarian thinking from Rene Descartes to present, that should we prove unsuccessful in our search for the Archimedean point of indubitable knowledge which can serve the foundation for human reason, then rationality must give way to irrationality, and reliable knowledge to madness. (...) The peculiarly modern fear that the undermining of the viability of *episteme* must lead inexorably to irrationality and chaos is the result of the limiting of the modern conception of knowledge and rationality to *episteme*.” (Neufeld, 1995: 44)

Não obstante, a idéia de razão acaba sendo responsável não só pela eliminação da ansiedade, mas também pela eliminação de toda idéia que se contraponha a ela. Na tentativa de eliminar a angustia do eu, que descobre não ter controle sobre a própria realidade “na tentativa de vencê-la, para afastar a angustia da experiência do mundo, no qual o sujeito se encontra no erro ou à deriva, o pensamento cartesiano substitui a desordem do mundo pela ordem no pensamento” (Matos, 1998). Nas palavras do próprio Descartes:

Fecharei agora os olhos, tamparei meus ouvidos, desviar-me-ei de todos os meus sentidos, apagarei mesmo de meu pensamento todas as imagens de coisas corporais, ou, ao menos, uma vez que mal se pode fazê-lo, reputá-las-ei como vãs e como falsas (...). Pensarei que o céu, o ar, a terra, as cores, as figuras, os sons e todas as coisas exteriores que vemos, são apenas ilusões e enganos de que (o gênio maligno) se serve para surpreender minha credulidade. Considerar-me-ei a mim mesmo absolutamente desprovido de mãos, de olhos, de carne, desprovido de quaisquer sentidos, mas dotado da falsa crença de ter todas essas coisas" (Descartes, 1975 apud Matos, 1998)

A lógica do iluminismo e da ciência moderna é, portanto, a de proporcionar ao ser humano mecanismos que possibilitem o conhecimento e controle do mundo que o cerca. A partir da observação empírica dos fatos, estabelecem-se teorias que se preocupam em mostrar os padrões recorrentes na natureza para que o homem tome conhecimento destes e saiba agir no mundo. A idéia inerente à modernidade – que vimos ser utilizada pelos teóricos de Relações Internacionais no escopo de tornar a disciplina mais científica - é a de que existe uma verdade, uma realidade “lá fora”, a qual deve ser buscada através do conhecimento científico; já que é a descoberta dessa verdade que levaria o ser humano, de forma teleológica, a alcançar sua emancipação.

---

Na *Dialética do Iluminismo*, Max Horkheimer e Theodor Adorno apontam as conseqüências do procedimento cartesiano: o dualismo legitima a neutralização do real. Seu procedimento tem como o grande fantasma da razão o *de fora*: objetivação, abstração, categorização, constituem a trama jogada sobre o múltiplo, para capturá-lo. Infatigável, engenhosa, rigorosa, movida por um princípio que dissimula a si mesma, a razão não deixa de conduzir integralmente esse *de fora* para ela mesma. A racionalidade do sujeito garante a do objeto, uma vez que este se converte em objeto interno do pensamento. (...) A exterioridade é ilusória. E tudo "que não puder ser reduzido a números torna-se ilusão" (Descartes, 1975). Dessa maneira, as matemáticas tornam-se as ciências-guia, com a espacialidade, o construtivismo, a transparência, a pureza dos encadeamentos, o prestígio do número. Toda realidade, teórica e prática, se vê subordinada à grandeza abstrata — o que permite ao sujeito estabelecer, na base de suas operações, de cálculo, o significado da realidade e julgar como "mera aparência tudo o que não se resolve em números e, em definitivo, no uno". (Matos, 1998)

## CAPITULO 2: O PÓS-POSITIVISMO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

“Michel Foucault was calling for such a disruption when he noted that the purpose of critical analysis is to question, not deepen, existing structures of intelligibility. Intelligibility results from an aggressive practice. It does not make *the* world intelligible but rather excludes alternative worlds. “We must”, Foucault urged, “make the intelligible appear against a background of emptiness, and deny its necessity. We must think that what exists is far from filling all possible spaces<sup>28</sup>.” (Shapiro, 1999:59)

“If it weren't for prisons, we would know that we are all already in prison.” (Blanchot, 1986:66, apud Der Derian, 1990:304)

### VIRADA SOCIOLÓGICA

As críticas pós-positivistas vão surgir, portanto, como questionamento do pensamento sobre a política internacional elaborado na disciplina sob influencia do discurso da modernidade. Os primeiros textos pós-positivistas em Relações Internacionais apresentam importante influência da sociologia, sendo uma de suas principais características trazer a idéia de construção social para as teorias da área. Num debate que se tornará relevante na área em meados da década de 1990, Nicholas Onuf e Alexander Wendt discutem (no final da década de 1980) a

---

<sup>28</sup> Grifo meu.

problemática agente/estrutura nas Relações Internacionais, questionando o pressuposto realista de que os agentes – Estados – determinam a estrutura do sistema internacional, assim como o pressuposto neo-realista de Kenneth Waltz de que são as estruturas que determinam os agentes. Para Wendt e Onuf, autores que virão a ser conhecidos como construtivistas, agente e estrutura são co-constituídos, estabelecendo uma relação performática onde um é agente na constituição do outro (Wendt, 1987; Onuf, 1989). O debate agente estrutura aparece como uma significativa contribuição do pós-positivismo para a área de Relações Internacionais, pois nega a antecendência ontológica de qualquer das variáveis, mostrando que o mundo social está em permanente construção pelos seus agentes. Tal debate é de extrema importância nessa dissertação, pois será Wendt (Wendt, 1992), a partir da idéia de co-constituição e de relação performática, o primeiro autor a abordar a questão da identidade como construção nas Relações Internacionais.

A influência da sociologia representa portanto momento de incorporação, na agenda de pesquisa de Relações Internacionais, de questões anteriormente entendidas como de menor importância por uma disciplina que sempre se caracterizou pelo estudo da “alta política”, a saber, questões que envolvem o estudo das sociedades e culturas que compõem os Estados-nacionais. Como nos mostram Katzenstein, Keohane e Krasner, a virada sociológica propunha, através de maior interdisciplinaridade, por fim aos espaços cartesianamente definidos e destinados às diferentes áreas do conhecimento.

A virada sociológica deve suas origens aos campos do saber que estão para além do estudo da Política Internacional. Filosofia, lingüística estrutural, teoria crítica, geografia, estudos de ciência e tecnologia, teoria política pós-moderna,

antropologia, estudos de mídia, crítica literária, entre outros; todos estiveram, a partir de diferentes linhas de pensamento, relacionados ao desencantamento com o projeto da modernidade no século XX. (Katzenstein *et alii*, 1999: 35)<sup>29</sup>

A virada sociológica carrega em si a crítica ao nosso entendimento da realidade como se ela fora algo “dado”, que sempre existiu, uma realidade “lá fora” a qual devemos observar, entender as regularidades e elaborar teorias sobre seu funcionamento. A premissa pós-positivista de que o mundo é socialmente construído permite o questionamento da ontologia que fundamenta as teorias tradicionais de Relações Internacionais, sobretudo os pressupostos fundamentados em crenças sobre as naturezas ou essências das coisas, como o pressuposto realista de natureza anárquica do sistema internacional. Num texto hoje célebre na área, por exemplo, Alexander Wendt mostra o sistema internacional como construção social, argumentando que os Estados não têm uma natureza intrinsecamente conflituosa, pois a definição de seus interesses depende da identidade da relação que se estabelece no momento de encontro entre os Estados, podendo o sistema internacional assumir até mesmo uma dinâmica cooperativa. (Wendt, 1992).

## **VIRADA LINGUISTICA**

---

<sup>29</sup> “This sociological turn was intellectually deeply indebted to fields of scholarship well beyond the confines of IPE. Philosophy, structural linguistics, critical theory, geography, science and technology studies, postmodern political theory, anthropology, media studies, and literary criticism, among others, all had, in different though related ways, grappled with the project of modernity gone awry in the twentieth century.” (Katzenstein *et alii*, 1999: 35)

Juntamente com os textos que trarão preocupações sociológicas para as Relações Internacionais, a partir do final de 1980, surgem autores trabalhando questões da filosofia e da lingüística na disciplina num movimento que ficou conhecido como “virada lingüística”. A principal característica dessa mudança é a inclusão do entendimento da linguagem não só como ferramenta de descrição da realidade a ser analisada, mas também como variável a ser entendida como construtora, ela própria, da realidade.

A virada lingüística deve muito às idéias do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951), para quem a realidade não podia ser compreendida senão como resultado de uma complexa prática social de construção da relação entre as “coisas” e seus significados sociais. Para o pensador, as “coisas” não existem a priori, mas sim se constituem à medida que se relacionam entre si e a linguagem lhes imprime um significado. Logo, a linguagem e suas construções se tornam objeto de análise fundamental para o entendimento da realidade social.

A linguagem, portanto, já não descreve uma realidade essencial escondida; pois ela é indissociável da construção social da realidade. Neste contexto, o ponto de partida para uma investigação da realidade é a relação entre as regras e as convenções de “jogos de linguagem” ou “formas de vida” específicos e dos significados sócio-histórico e cultural desses. (George & Campbell, 1990:273)<sup>30</sup>

Friedrich Kratochwil juntamente com Nicholas Onuf estão entre os mais renomados autores pós-positivistas responsáveis por trazer a “virada lingüística” para as análises de Relações Internacionais, pois discutem em seus trabalhos a importância do “ato de fala” e das regras na construção da realidade da política

---

<sup>30</sup> “Language thus no longer describes some essential hidden reality; it is inseparable from the necessarily social construction of that reality. In this context, the starting point for an investigation of reality is the relationship between the rules and conventions of specific “language games” or “forms of life” and their social-historical and cultural meaning”. (George & Campbell, 1990:273)

internacional, tendo por principal objeto de análise as regras que constituem o sistema internacional. Kratochwil fala que o mundo é construído pelos discursos que usamos para nos referirmos a ele, reforçando a idéia de que linguagem é ação e de que a interpretação dos discursos é fundamental na compreensão da construção da realidade internacional (Kratochwil, 1989). Nesse mesmo sentido, Nicholas Onuf nos chama atenção para como são os discursos que se sobrepõem a outros discursos por relações assimétricas de poder os que criam as regras que determinarão o comportamento dos atores num determinado sistema. Para Onuf, todas as relações poderiam ser estudadas pela análise das regras que as constituem (Onuf, 1989).

Kratochwil e Onuf são autores da abordagem pós-positivista mais conservadora, o construtivismo. O construtivismo é assim entendido, pois faz concessões aos métodos tradicionais de produção do conhecimento, como por exemplo, na crença da existência de uma realidade a priori – para Kratochwil, a idéia habermasiana de “senso comum” (Zehfuss, 2002:117) e para Onuf, a realidade material como limite para construções alternativas de realidade (Zehfuss, 2002:183). Ainda que a linguagem seja variável fundamental, para esses autores, existem coisas além do texto. Já os mais radicais, principalmente os representantes das abordagens feministas e das abordagens pós-modernas ou pós-estruturalistas, questionam a existência de qualquer realidade a priori, usando como “premissa” – e em contraposição aos construtivistas a idéia Derridariana de que “não existe nada além do texto”. Esses autores são conhecidos como radicais por levar a virada lingüística a seu extremo, questionando a existência de qualquer realidade que não seja construída por discursos e pela interpretação que fazemos



desses discursos. Se existe um objetivo prático nessas abordagens mais radicais, que poderia nos remeter à idéia de desenvolvimento ou mesmo a uma idéia de fundação à priori das abordagens conservadoras, esse objetivo pode ser definido como a busca por momentos de aporia<sup>31</sup> - a não fixação.

As contribuições pós-modernas/pós-estruturalistas e as feministas questionam qualquer visão logocêntrica de desenvolvimento ou de conhecimento cumulativo, argumentando que a própria idéia de progresso – assim como qualquer outro discurso de verdade - é composta por uma prática política que pretende privilegiar uma visão de mundo em detrimento de outras. Os mais radicais se dedicarão então às análises dos discursos que constroem a realidade da forma como a entendemos e à análise das práticas políticas que estão por detrás desses discursos. Muito influenciados pelo pensamento dos filósofos Michel Foucault, Jacques Derrida e Emmanuel Levinas, esses autores argumentam que a modernidade é uma construção discursiva onde o conhecimento científico ganhou status de verdade e é utilizado por aqueles que não querem perder os privilégios até agora conquistados para a preservação das hierarquias - posições de poder - que constituem a realidade como a entendemos. É destaque no pensamento de Foucault, por exemplo, sua preocupação com as especificidades das condições

---

<sup>31</sup> “O termo é utilizado com frequência por alguns desconstrucionistas como Jacques Derrida e Paul de Man, que, de alguma forma, são responsáveis pela sua imposição dentro da teoria literária pós-estruturalista. A aporia é identificada pela leitura desconstrutiva do texto, que terá como fim mostrar que o sentido nele inscrito atingirá invariavelmente o nível da indeterminação ou da indecidibilidade. Uma aporia cria uma tensão lógico-retórica que impede que o sentido de um texto se possa fixar. Um texto, por definição, conterá sempre aporias que servirão para mostrar que um texto pode querer dizer algo que escapa a uma qualquer leitura convencional.”. (E-dicionário de termos literários, disponível em: <http://www.fcsh.unl.pt/edtl/verbetes/A/aporia.htm>)

históricas em que o conhecimento foi produzido quando “arqueologicamente” o filósofo busca pelas práticas de hierarquização de valores.

Nas relações internacionais os autores pós-positivistas das abordagens mais radicais criticam os discursos dominantes da área, como a idéia de sistema internacional anárquico e a visão de a-moralidade intrínseca à natureza do sistema internacional.

Para a concepção associada ao pós-estruturalismo, teoria é tanto o objeto de análise quanto a ferramenta para a análise. A preocupação, embora não menos prática nas suas implicações, é olhar como as abordagens analíticas privilegiam certos entendimentos da política global e marginalizam ou excluem outros. São uma reorientação de análise melhor ilustrada pela troca da questão Kantiana “O que eu posso saber”, para a questão Foucaultiana “Como minhas questões têm sido produzidas (Shapiro, 1988: 14-15 apud George & Campbell, 1990:285)<sup>32</sup>

De maneira geral podemos, portanto, falar que as abordagens pós-positivistas caracterizam-se pelo questionamento das premissas epistemológicas, metodológicas e ontológicas das teorias tradicionais da disciplina de Relações Internacionais. Epistemológicas porque diferentemente dos positivistas que utilizam uma epistemologia restrita ao conhecimento empírico do mundo – os pós-positivistas questionam a existência de uma realidade lá fora a qual podemos observar empiricamente. Metodológicas porque não acreditam na idéia de unidade da ciência pelo método já que para eles, o mundo social não apresenta as mesmas regularidades da natureza estando em permanente construção. Finalmente ontológicas, porque o limite ontológico de suas análises está muito

---

<sup>32</sup> “For the conception associated with poststructuralist, theory is as much the *object of analysis* as the tool for analysis. The concern, although no less practical in its implications, is how analytic approaches privileged certain understandings of global politics and marginalize or exclude others. It is a reorientation of analysis best illustrated by the move from the Kantian question of “What can I Know”, to the Foucauldian question “how have my questions been produced?” (Shapiro, 1988: 14-15 apud George & Campbell, 1990:285)

além da realidade das teorias tradicionais, sendo mesmo que para os mais radicais esse limite não existe.

Pós-modernistas insistem na inexistência de fundamentação para o conhecimento. Visto que não existe nenhuma posição a partir da qual possamos estabelecer julgamentos científicos ou éticos, a análise pós-moderna é restrita à prática de desmascarar as relações de poder que estão ocultas em todos os pressupostos do conhecimento, incluindo seus próprios, e todas as outras formas de racionalidade comunicativa. (Katzenstein *et alii*, 1999:37)<sup>33</sup>

Daí alguns autores diferenciarem o positivismo do pós-positivismo pela crença ou não nas fundações do pensamento. Fundacionistas ou fundacionalistas (do inglês *foundationists*) são as abordagens teóricas que partem do princípio da existência de uma realidade a partir da qual as análises possam se fundamentar e definir/distinguir o que é verdadeiro e o que é falso. São abordagens que acreditam na existência da natureza ou essência das coisas, como por exemplo, os realistas quando falam da natureza hobbesiana do homem, ou da natureza anárquica do sistema internacional..

Os anti-fundacionistas/anti-fundacionalistas não acreditam na possibilidade da distinção entre a realidade “lá fora” e a realidade construída por nós e negam qualquer possibilidade de fundamentação para o conhecimento, negando conseqüentemente o logocentrismo e o conhecimento cumulativo. São por princípio anti-essencialistas, no sentido em que acreditam que tudo é construção social, inclusive nossas concepções de verdadeiro e falso:

A distinção fundacional/anti-fundacional refere-se à aparentemente simples questão sobre se nossas crenças sobre o mundo podem ser testadas ou avaliadas

---

<sup>33</sup> “Postmodernists insist that there is no firm foundation for any knowledge. Since there is no position from which to pass scientific or ethical judgments, postmodernist analysis is restricted to the task of unmasking the power relations that are concealed in all knowledge claims, including their own, and all forms of communicative rationality”. (Katzenstein *et alii*, 1999:37)

a partir de qualquer procedimento objetivo ou neutro. (...) Uma posição fundacionista é aquela que pensa que toda proposição de verdade (i.e. sobre algum evento do mundo) pode ser realmente julgada verdadeira ou falsa. Um anti-fundacionista pensa que proposições de verdade não podem ser julgadas pois não existem fundamentações neutras; ao invés disso, cada teoria definirá o que conta como fato e então não existirá posição neutra disponível para determinar entre reivindicações rivais. (Smith, 2001:227)<sup>34</sup>

Um problema que se apresenta em relação a essa distinção é que temos, por exemplo, a Teoria Crítica<sup>35</sup>, que é uma abordagem considerada pós-positivista, mas fundacionista/fundacionalista, pois é crítica à idéia de razão instrumental como única forma de conhecimento (os teóricos dessa abordagem têm uma visão ampliada da razão instrumental, e destacam outras formas de conhecimento possível além do conhecimento racional), mas é descendente do projeto iluminista de Kant, pois tem como um de seus pressupostos a crença na existência de fundações a partir das quais é possível julgar as reivindicações do conhecimento. Robert Cox – um dos principais autores ligados à Teoria Crítica em Relações Internacionais destaca a importância do discurso e da linguagem quando este nos fala que toda teoria é prática, devendo ser entendida como feita para algo e para alguém em determinado momento histórico (Cox, 1998), criticando, pois, o potencial totalizador de uma única forma de racionalidade. No entanto a teoria crítica compartilha de idéias iluministas como a visão teleológica de conhecimento

---

<sup>34</sup> “The foundational/anti-foundational distinction refers to the simple-sounding issue of whether our beliefs about the world can be tested or evaluated against any neutral or objective procedures. (...) A foundationalist position is one that thinks that all truth claims (i.e. about some feature of the world) can be judged true or false. An anti-foundationalist thinks that truth claims can not be judged since there are never neutral grounds for so doing; instead each theory will define what counts as the facts and so there will be no neutral position available to determine between rival claims.” (Smith, 2001:227)

<sup>35</sup> Em geral, falamos em teoria crítica com letras minúsculas quando nos referimos a qualquer abordagem crítica ao pensamento tradicional. Nesse caso, usam-se maiúsculas, pois nos referimos aqui especificamente à abordagem pós-positivista influenciada pela Escola de Frankfurt.

cumulativo, mesmo que não só o científico, que possibilitaria a emancipação humana. Habermas, o mais importante nome da Escola de Frankfurt na atualidade, articula, por exemplo, a “teoria da ação comunicativa cujo objetivo é o desenvolvimento de uma epistemologia baseada na noção de pragmática universal ou discurso ético, onde o autor vê o conhecimento emergir de uma teoria consensual sobre a verdade”. (Smith, 1996: 27)<sup>36</sup>

## **A-HISTORICISMO DAS TEORIAS TRADICIONAIS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Uma crítica relativa à crença na existência de fundamentações para o pensamento que se faz aos positivistas da disciplina é, portanto, à utilização de uma epistemologia fundacionista/fundacionalista cujos conceitos foram reificados, descontextualizados e a-historicizados e por conta dos quais não se pode hoje em dia pensar em soluções ou interpretações diferentes para o mundo da política internacional. Observamos, por exemplo, que o Estado é um conceito que tem sua relação com a história, pois foi definido em um determinado momento histórico, tendo passado por diversas mudanças. No entanto, nas teorias tradicionais, essas mudanças não foram incorporadas ao conceito, fazendo desse conceito uma idéia permanente, a-histórica, que perpassa todo nosso entendimento da política internacional, como se sempre houvesse estado lá. Não obstante, as teorias

---

<sup>36</sup> “(...)development of what he terms a theory of communicative action (1984; 1987), in which he is concerned with developing an epistemology based on the notion of universal pragmatics or discourse ethics, whereby he sees knowledge emerging out of a consensus theory of truth.” (Smith, 1996:27)

críticas apontam para os anacronismos que compõem esse tipo de construção, pois a idéia de Estado como a que deu origem ao conceito já não cabe mais ao espaço-tempo que vivenciamos. Nas Palavras de David Campbell:

(...) Jameson argumenta que “é mais seguro compreender o conceito de pós-moderno como tentativa de pensar o presente historicamente em uma época que tem esquecido como é pensar historicamente em primeiro lugar”. Neste sentido, “pós-modernismo” pode referir-se a uma *análise interpretativa*, uma atitude crítica que tenta, contrariamente às forças contemporâneas, pensar o presente historicamente. (Campbell, 1998a:213)<sup>37</sup>

Buzan e Little, argumentam por exemplo que a produção de conhecimento na disciplina de Relações Internacionais ficou presa pela “camisa de força de Vestfália” (*Westphalian Straitjacket*), pois os conceitos criados em Vestfália quando da formação dos Estados-nacionais em 1648 se perpetuaram de forma a impossibilitar a observação de que o sistema de Estados então criado se diferencia substancialmente do sistema de Estados como o entendemos agora:

Assim, uma atitude dominante, em parte contra a história, em parte inclusive indiferente a ela, torna-se parte da tradição das Relações Internacionais. Gradualmente, ela toma a forma do que nós chamamos *Westphalian straitjacket*: a forte tendência a assumir que o modelo estabelecido na Europa do século dezessete deveria definir o que o sistema internacional é para todos os lugares e tempos. (Buzan & Little, 2001:25)<sup>38</sup>

Rob Walker, corroborando crítica ao caráter a-histórico das teorias tradicionais de Relações Internacionais, particularmente da escola realista, argumenta que os trabalhos de autores como Tucídides, Maquiavel e Hobbes

---

<sup>37</sup> (...) Jameson has argued that “it is safest to grasp the concept of the postmodern as attempt to think the present historically in an age that has forgotten how to think historically in the first place”. In this sense, “postmodernism” can refer to an *interpretative analytic*, a critical attitude that attempts, contrary to contemporary forces, to “think the present historically”. (Campbell, 1998a:213)

<sup>38</sup> “Thus a dominant attitude, partly against history, partly just indifferent to it, became part of IR’s tradition. Gradually it took the form of what we call the *Westphalian straitjacket*: the strong tendency to assume that the model established in seventeenth century Europe should define what the international system is for all times and places.” (Buzan & Little, 2001:25)

foram utilizados pelos teóricos de Relações Internacionais para estabelecer uma história de produção de conhecimento na área na busca de uma tradição que legitimasse o pensamento realista como algo natural às práticas da política internacional (Walker, 1993). A idéia era mostrar que a política internacional sempre foi “realista”, que assim é e sempre foi o funcionamento da ordem internacional, desqualificando análises que se propusessem a pensá-la diferente.

Contudo, para os pós-positivistas, a teoria realista também é um discurso normativo que cria um espaço imaginário onde as virtudes da soberania do Estado são reafirmadas a-criticamente. A razão de Estado seria o discurso moral realista cujo princípio é a prioridade da segurança do Estado:

Longe de ser um princípio que mantém a moralidade à distância, a razão de estado constitui a problemática realista como um argumento moral cuja reivindicação é que as razões para ultrapassar os limites comuns da moralidade em situações de emergência são elas próprias, morais. (Campbell e Shapiro, 1999: vii)<sup>39</sup>

## **DESCONSTRUÇÃO DO DISCURSO SOBRE POLÍTICA INTERNACIONAL**

Os conceitos reificados utilizados nas teorias tradicionais são para os pós-positivistas ferramentas que auxiliam e preservam os discursos morais que são essas teorias e domesticam pensamentos que queiram resistir a essa moral. Ao traçar a “cartografia moral do realismo” (Campbell e Shapiro, 1999:viii), Campbell e Shapiro argumentam que a literatura de Relações Internacionais é comprometida com estruturas ortodoxas de referência, dentro das quais, o

---

<sup>39</sup> “Far from being a principle that keeps morality at bay, reason of state constitute the realist problematic as a moral argument in which the claim is that the reasons for overriding the constraints of ordinary morality in emergency situations are themselves moral” (Campbell e Shapiro, 1999: vii)

questionamento é limitado. Para os autores, é necessário repensar como se deu a relação espaço-subjetividade-ética no pensamento da política internacional através da análise dos “espaços morais”<sup>40</sup> que foram sendo criados pelos discursos tradicionais. Para os pós-positivistas, não existe uma realidade que pode ser explicada sem que se excluam outras realidades, e a prática de escolha dos termos e conceitos que vão ser incluídos ou excluídos da história a ser contada representa sempre uma forma de privilegiar determinados pontos de vista em detrimento de outros.

Rob Walker argumenta, por exemplo, que a própria separação conceitual entre Teoria Política e Teoria Internacional serve à manutenção do privilégio daqueles que se beneficiam com a idéia de sistema internacional conforme a entendemos hoje. A separação entre o Estado e o Internacional nos leva a pensar que somente dentro do Estado é possível pensarmos ética ou moralmente, enquanto o Internacional estaria fadado ao lugar da a-moralidade uma vez que o internacional é entendido como um lugar essencialmente anárquico. Para Walker essa falsa separação é o que impossibilita agirmos eticamente no espaço do internacional, pois ele fica identificado como uma “terra de ninguém” onde o poder da força é que determina as ações (Walker, 1993). Corroborando as idéias de Walker, vemos a argumentação de James Der Derian sobre a falta de um pensamento ético na teoria na política internacional:

Aceitar o realismo, como fez a teoria internacional, como o reflexo mais do que a construção da política mundial, foi aceitar as coisas do jeito que elas eram: as necessariamente condições de anarquia e (ao menos em sua primeira forma

---

<sup>40</sup> “Moral Spaces: the bounded locations whose inhabitants acquire the privileges deriving from practices of ethical inclusion, and on the need to intervene in the dominant practices of intelligibility that enable geopolitical imaginaries at the expense of an ethic of encounter.” (Campbell & Shapiro, 1999:ix)



inglesa) do mau; a permanência da alienação e a sanção para usar a força contra ela; e a universalidade de uma vontade de poder que seduziu os homens de estado e os candidatos a conselheiros do príncipe. Como resultado, a teoria internacional muito freqüentemente seguiu os caminhos da menor resistência ética ao fatalismo, ao dogmatismo e ao cinismo. (Der Derian, 1995:5).<sup>41</sup>

Além de argumentar que a exclusão da ética do espaço internacional é inerente ao entendimento que temos da ordem internacional a partir das teorias tradicionais, os pós-positivistas também analisam como a preservação da idéia de Estado se faz necessária ao discurso ortodoxo, pois ele é a representação maior da separação entre o espaço moral organizado e a anarquia. O diferente é excluído do interior dos Estados através da construção de comunidades políticas que se definam por sua universalidade e coesão interna. Consoante Nogueira e Messari, “A exclusão da diferença do interior das comunidades políticas permite legitimar a presença de um poder estatal unificado – soberano – que passa a ser a expressão da identidade alcançada pela sociedade em torno de valores e propósitos comuns” (Nogueira e Messari, 2005:199)

Richard Ashley argumenta que o Estado tem sua existência justificada pela “prática heróica” na qual a idéia de Estado representa a proteção da população que sem o Estado estaria sujeita às mazelas da diversidade e incerteza do que está para além de suas fronteiras. Somos, consoante Ashley, “chantageados” a levar a frente à idéia de importância do papel do Estado, pois do contrário, seríamos abandonados à nossa própria sorte no caos da anarquia e desordem do

---

<sup>41</sup> “To accept realism, as international theory did, as the reflection rather than construction of world politics, was to accept things as they were: the necessitous conditions of anarchy and (at least in its early English form) of evil; the permanence of alienation and the sanction to use force against it; and the universality of a will to power that seduced statesmen and would-be advisers to the prince. As a result, international theory all too often followed the path of least ethical resistance toward fatalism, dogmatism, and cynicism” (Der Derian, 1995:5).

internacional (Ashley, 1988:230). Surpreendentemente encontramos nas idéias de Martin Wight, num texto bem anterior à introdução das idéias pós-positivistas nas Relações Internacionais, argumentação muito parecida com a de Ashley:

O princípio de que todo indivíduo requer proteção de um Estado, que o represente na comunidade internacional, é uma expressão jurídica da crença na soberania estatal como a consumação da experiência e da atividade política que tem marcado o pensamento político ocidental desde o Renascimento. (Wight, 1966 in Der Derian, 1995:15)<sup>42</sup>

## **DIALÉTICA DA DIVISÃO**

A escolha epistemológica das teorias tradicionais não é só criticada pelo a-historicismo dos conceitos que a compõem, mas também, por ser uma epistemologia fundamentada em uma dialética dicotômica, onde os termos ganham significado a partir de oposições que já incorporam discursos valorativos. É por exemplo, a partir da análise das práticas de inclusão e exclusão que estão contidas nessas dicotomias que os pós-positivistas criticam os discursos das teorias tradicionais.

O que os pós-positivistas procuram mostrar, é que existem práticas políticas de poder por detrás da construção dessas determinações dicotômicas e que a aceitação a-critica desse discurso ontológico de verdade que se propõe como única realidade possível joga o ser humano num ambiente niilista já que há pouco a se fazer num mundo onde as possibilidades de ação ficam tão reduzidas.

---

<sup>42</sup> "The principle that every individual requires protection of a state, which represents him in international community, is a juristic expression of the belief in the sovereign state as the consummation of political experience and activity which has marked Western political thought since the Renaissance." (Wight, 1966 in Der Derian, 1995:15)

Independente de como são conhecidas e apresentadas, essas práticas do pensar devem ser ouvidas, sobretudo como questionamento freqüente ao hoje respeitado dualismo sobre o qual a teoria e a prática modernas têm se fundamentado. Identidade/diferença, homem/história, presente/passado, presente/futuro, interno/externo, doméstico/internacional, soberania/anarquia, comunidade/guerra, masculino/feminino, realismo/idealismo, fala/linguagem, agente/estrutura, particular/universal, cultural/material, teoria/prática, centro/periferia, estado/sociedade, política/economia, revolução/reforma – essas e outras inúmeras dicotomias têm sido examinadas em suas aplicações práticas, repensadas e expostas como construções sociais arbitrárias através das quais, na cultura moderna, modos de subjetividade, objetividade e conduta são impostos. (Ashley & Walker, 1990:264)<sup>43</sup>

O entendimento da epistemologia como importante instrumento no estabelecimento dos discursos privilegiados e dominantes nos remete a discussão da relação que segundo Foucault, se estabeleceu como prática discursiva dominante na modernidade: a relação poder e conhecimento. A idéia de conhecimento científico como único caminho para a verdade seria uma forma de hierarquizar a sociedade, distinguindo os que sabem e podem dos que não sabem e não podem, incluindo ou excluindo as pessoas de determinados âmbitos das práticas políticas. Nesse sentido, a realidade ou verdade é aquela ditada pelos que detêm o conhecimento, sendo que estes estarão sempre lutando pela manutenção do *status quo* e de suas posições de privilegiados.

A verdade não existe fora do poder ou sem poder. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados pelo poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua "política geral" de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instancias que permitem distinguir

---

<sup>43</sup> "However they are known and presented, moreover, these works of thought are to be heard insistently questioning the time-honored dualisms upon which modern theory and practice have long pivoted. Identity/difference, man/history, present/past, present/future, inside/outside, domestic/international, sovereignty/ anarchy, community/war, male/female, realism/idealism, speech/language, agent/structure, particular/universal, cultural/material, theory/practice, center/periphery, state/society, politics/economics, revolution/reform – these and countless other dichotomies have been examined in their practical workings, rethought, and exposed as arbitrary cultural constructs by which, in modern culture, modes of subjectivity, objectivity, and conduct are imposed." (Ashley & Walker, 1990:264)

os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (Foucault, 1979:12).

Vemos, portanto que a crença na existência de uma realidade lá fora, a qual podemos explicar e tentar buscar soluções para melhor vivenciar essa realidade tira do ser humano seu poder de ação política de transformação. Isto é, na sociedade medieval o poder estava ligado à idéia de Deus, o que impedia o questionamento da realidade que a igreja, principalmente, ditava como verdadeira. Na sociedade moderna, este poder passou para a mão dos que detêm o conhecimento e é praticamente impossível questionar a realidade que a ciência dita como verdadeira.

Sob influência de Foucault, os pós-positivistas argumentam que fomos disciplinados a pensar na impossibilidade de ação política ética no sistema internacional e que tal discurso serve aqueles que têm status privilegiado no sistema internacional da forma como o entendemos hoje. Os pós-positivistas falam, portanto da necessidade de (re)tomada de consciência sobre o potencial de ação política relacionado ao poder crítico que podemos ter quando entendemos a realidade como construção social e não como algo “dado” impossível de ser modificado.

As perspectivas pós-positivistas são de caráter fundamentalmente interrogativo. Não se pretende a explicação do mundo, mas sim, a desmistificação de explicações já formuladas e que hoje são entendidas como realidade sobre a qual não temos poder de ação. Ao se tornar uma ideologia fundada em realidades reificadas, a ciência moderna privou o ser humano da possibilidade de pensar em

mudanças, como se o *status quo* fosse o mundo em sua única possibilidade e nada pudesse ser feito a respeito. Diferentemente do que a maioria dos críticos positivistas sugere, os pós-positivistas não pretendem destruir o que fora até aqui construído, mas mostrar que como construções sociais, outras construções podem ser feitas, mobilizando as questões relativas ao conhecimento.

Os pós-positivistas argumentam que a consciência da prática política diária devolve para o homem a idéia de responsabilidade sobre o mundo que ele constrói. O entendimento da política internacional como um ambiente onde a moral não pode ser discutida tira a responsabilidade dos ombros daqueles que constroem a realidade internacional diariamente. O pós-positivismo é crítico a essa idéia.

A crítica é, portanto, para os pós-positivistas um dos principais instrumentos que nos auxiliam a pensar alternativas ao *status quo*. A reificação da realidade levada a extremos pela lógica iluminista fez com que supervalorizássemos as condições materiais de nossa existência, excluindo de nossa rotina a reflexão sobre a vida que estamos a todo instante construindo. Nas palavras de Michel Foucault:

Criticar não é dizer que as coisas não estão certas como elas são. É buscar saber em que tipos de suposições, de modos de pensar familiares, incontestáveis, não considerados, as práticas que nós aceitamos se fundamentam. Devemos nos libertar da sacralização do social como a única realidade e parar de considerar como supérfluo algo tão essencial na vida humana e nas relações humanas como o pensamento... Pois o pensamento é algo que, apesar de freqüentemente escondido, serve de motivação para o comportamento diário. Existe sempre um pequeno pensamento mesmo nas mais estúpidas instituições; existe sempre um pensamento mesmo nos hábitos silenciosos. Criticar é uma questão de desalojar pensamentos usuais e tentar modifica-los, para mostrar que as coisas não são tão evidentes quanto as pessoas acreditam que são, modifica-los para ver que o que é

aceito como evidente não será mais aceito como tal por muito tempo. Criticar é tornar gestos fáceis mais difíceis. (Foucault apud Campbell, 1992:245)<sup>44</sup>

No próximo capítulo buscaremos mostrar como a questão da identidade vem sendo trabalhada pelos pós-positivistas de forma a possibilitar a desconstrução de identidades reificadas no escopo de possibilitar pensamentos alternativos sobre nossa experimentação do espaço-tempo atual.

---

<sup>44</sup> “A critique is not a matter of saying that things are not right as they are. It is a matter of pointing out on what kinds of assumptions, what kinds of familiar, unchallenged, unconsidered modes of thought the practices we accept rest. We must free ourselves from the sacralization of the social as the only reality and stop regarding as superfluous something so essential in human life and in human relations as thought...It is something that is often hidden, but which always animates everyday behavior. There is always a little thought even in the most stupid institutions; there is always thought even in silent habits. Criticism is a matter of flushing out that thought and trying to change it, to show that things are not as self-evident as one believed, to see what is accepted as self-evident will no longer be accepted as such. Practicing criticism is a matter of making facile gesture difficult.” (Foucault apud Campbell, 1992:245)

## **CAPÍTULO 3: A QUESTÃO DA IDENTIDADE**

“Quando a alma de um homem nasce neste país, lançam sobre ela redes que a impedem de voar. Você me fala de nacionalidade, língua e religião. É preciso voar sobre essas redes”.

(James Joyce, *Finnegan's Wake*)

### **A QUESTÃO DA IDENTIDADE E A DISCIPLINA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

A questão da identidade ganha relevância nas análises de Relações Internacionais a partir do final da década de 1980, tornando-se um dos principais objetos de pesquisa das abordagens pós-positivistas. São diversos os motivos que nos levaram a escolher a questão da identidade como tema desse capítulo; motivos esses que perpassam questões práticas do dia-a-dia das Relações Internacionais até questionamentos de ordem mais filosófica. Procuraremos mostrar como a análise da questão da identidade se fez importante para os pensadores das relações internacionais no Pós-Guerra Fria, mas também argumentamos que a discussão da problemática identidade é um exemplo de contribuição pós-positivista que nos permite falar em ética e responsabilidade na disciplina de Relações Internacionais.

Um primeiro motivo mais específico, então para a (re)introdução<sup>45</sup> da questão da identidade na agenda de pesquisa da área é a retomada de conflitos nacionalistas que vão surgir com o Fim da Guerra Fria na região da antiga União Soviética. As identidades que se encontravam dormentes sob a identidade maior da ideologia socialista, despertam e vemos conflitos cujo *leitmotif* é majoritariamente a redefinição de identidades e territórios, com as diferentes etnias ou crenças que compunham o território soviético lutando entre si.

Um segundo motivo para a discussão das questões de identidade é a aceleração do processo de globalização, que como vimos no segundo capítulo, traz novas questões para a disciplina de Relações Internacionais, particularmente por colocar em cheque as identidades fixas dos Estados-nacionais, uma vez que seus cidadãos passam a designar maior lealdade a questões como o meio-ambiente ou o próprio mercado internacional do que a suas pátrias (FERGUSON, & MANSBACH, 1997). Não obstante, também em consequência da globalização, movimentos nacionalistas voltam à tona não só na região da antiga União Soviética, mas também no Ocidente, pois as culturas mais frágeis sentem-se ameaçadas pelo poder de massificação que o processo de globalização carrega

---

<sup>45</sup> A idéia de reintrodução da questão identidade na área de Relações Internacionais é encontrada no livro de Kratochwil e Lapid, *The Return of Culture and Identity to International Relations Theory*, de 1996, no qual os autores argumentam que se deve falar em um **retorno** das questões de cultura e de identidade e não em um movimento revolucionário no ensino de Relações Internacionais, já que, segundo os autores, não é a primeira vez que tais questões aparecem nas análises da área. Pelo contrário, Lapid e Kratochwil destacam que, entre os anos de 1940 e 1960, a discussão sobre cultura era bastante significativa nas análises e teorias de Relações Internacionais, perdendo relevância só a partir da década de 1960, década essa, famosa pela influência behaviorista na disciplina. Não obstante, consoante Lapid, o momento de reintrodução das questões sobre cultura e identidade em Relações Internacionais se faz especial, pois é possível observar concomitante a este movimento, uma mudança na forma de entender a “natureza do mundo”, representado pela troca do *foco* das análises, antes voltadas para estabilidade e continuidade e agora atentas aos fluxos e mudanças (Lapid, 1996:5).



em si<sup>46</sup>, abrindo o debate que hoje conhecemos como globalismo x localismo (Santos, 2002:67 ).

Finalmente, o desenvolvimento tecnológico associado à globalização possibilita maior troca de informações entre os países. Autores orientais ganham destaque no Ocidente ao mostrar as diferenças de visão de mundo dos dois hemisférios, aproveitando do cenário favorável que se abria nas ciências humanas para esses temas com as viradas lingüística e sociológica. A discussão sobre a incomensurabilidade de valores das diferentes culturas ganha relevância nos estudos sobre a construção de uma ordem internacional universal, mostrando que as pesquisas de Relações Internacionais precisariam acrescentar aos seus temas básicos de análise - poder e interesse - a questão cultural. Consoante Yosef Lapid, o período do Pós-Guerra Fria é um momento de grande flexibilidade e abertura intelectual na área de Relações Internacionais porque os estudiosos da área passam a ter de lidar com questões ligadas à “percepção de que uma nova era, profundamente globalizada, está a caminho” (Lapid, 1996:7).

Nesse sentido, pretendemos apresentar nesse último capítulo a contribuição que os pós-positivistas prestaram à disciplina de Relações Internacionais ao trabalharem a questão da identidade e, sobretudo, ao questionarem o entendimento que sempre se teve do próprio conceito de identidade dentro da área. Partindo do pressuposto de construção social da realidade, os pós-positivistas vão falar sobre a construção da nossa idéia sobre

---

<sup>46</sup> O debate sobre as conseqüências do processo de globalização é bastante extenso e complexo, não cabendo nessa dissertação uma discussão mais ampla. Interessa-nos, sobretudo, mostrar que o processo de globalização sempre colocará em questão as identidades nacionais, fazendo da questão da identidade ordem do dia para os analistas de Relações Internacionais.

identidade e como essa idéia pode ser utilizada politicamente de modo a desfavorecer o pensamento sobre propostas alternativas para a configuração das relações internacionais.

Cultura e identidade foram entendidas por longa data como conceitos de significado fixo e auto-evidente, que não precisariam receber maiores atenções quando utilizados em análises teóricas sobre o funcionamento das relações internacionais. No entanto, para os pós-positivistas, identidade e cultura não são conceitos essenciais, fundamentais, unitários e imutáveis, mas sim, conceitos construídos e reconstruídos através de ações históricas (Lapid, 1996:8). É fundamentalmente essa percepção da multiplicidade de idéias que estão contidas nesses conceitos e o entendimento de que essas idéias podem ser utilizadas politicamente para fins que normalmente não são discutidos pelas teorias tradicionais que levam os autores críticos a buscarem as dimensões que foram excluídas ou ignoradas pelos pensadores da disciplina de Relações Internacionais quando da naturalização de um entendimento fixo desses conceitos.

(...) a percepção de multiplicidade e o tema da construção são dois motivos centrais que dominam a reconsideração da cultura e da identidade na teoria social. Sob os impactos desses temas, novas abordagens tendem a realçar as, até o momento ignoradas ou negadas, dimensões da cultura e da identidade como sua natureza social e construída (como oposta à natureza dada à priori), suas dimensões arbitrárias (como opostas às dimensões determinísticas), suas implicações fragmentadas/diversificadas (como opostas às implicações integradas/homogeneizadas) e suas características multidimensionais/dinâmicas (como opostas às características unidimensionais/estáticas). (Lapid, 1996:7)<sup>47</sup>

---

<sup>47</sup> "(...) the perception of multiplicity and the pervasive theme of construction are two central motifs dominating the current rethinking of culture and identity in social theory. Under the impact of these motifs, new approaches tend to highlight hitherto ignored or denied dimensions of culture and identity as their socially and constructed (as opposed to primordially given) nature, their optional (as opposed to deterministic) dimensions, their fragmenting/diversifying (as opposed to integrating/homogeneizing) implications, and their multidimensional/dynamic (as opposed to unidimensional/static) features." (Lapid, 1996:7)

A reificação de conceitos na disciplina de Relações Internacionais a partir de pressupostos ocidentais de entendimento do mundo, dificulta a percepção por parte dos analistas da complexidade e incomensurabilidade de valores e idéias que compõem as próprias relações internacionais. Consoante Lapid, não deixa de ser uma ironia pensar que, apesar de ter por proposta trabalhar o INTER, as análises de Relações Internacionais se mostram altamente inábeis para lidar com questões sobre diversidade e complexidade, pois os estudiosos da área continuam mais preocupados em fazer previsões e manipular situações. Para Lapid, as análises das correntes dominantes das Relações Internacionais ainda são focadas em *entidades* e *substantivos* quando deveriam atentar para os *processos* e *verbos* que estão sendo utilizados para a construção da realidade da política internacional (Lapid. 1996:8).

Nesse sentido, temos na discussão da questão da identidade uma tentativa de olhar para construções alternativas das relações internacionais. Alexander Wendt é um dos primeiros autores a propor um novo entendimento do conceito de identidade, quando fala da relação entre os Estados como uma construção performática, desconstruindo a idéia de que os Estados têm seus interesses definidos a priori. Em seu texto "*Anarchy is What States Make of It*" de 1992 Wendt questiona a premissa básica do pensamento realista de que os Estados estão sempre em busca da defesa do interesse nacional, sendo este sempre definido em termos de poder. Pressupõe-se a partir desta premissa que os Estados tem

fundamentalmente todos a mesma idéia de interesse nacional. No entanto, Wendt mostra que o interesse nacional não é uma idéia pré-determinada.

Para o construtivista, a construção dos interesses dos Estados se dá no momento do estabelecimento da identidade da relação entre esses Estados. Essa relação é para Wendt uma relação performática co-constitutiva entre alter e ego, sendo portanto que as atitudes de um estão estruturalmente ligadas aos sinais de ação do outro. Dependendo da ação de ego, alter responde desta ou daquela forma e assim eles vão construindo a identidade do que podemos chamar relação alter/ego. Logo, se ego dá sinais de ameaça, a reação de alter vem no sentido de defesa e assim se estabelece uma identidade conflituosa para a relação. No entanto, se ego estende a mão, existe grande possibilidade de que alter responda amigavelmente, e uma identidade de cooperação pode ser o resultado. Não obstante, tal processo de construção identitária resultou na maioria das vezes, segundo Wendt, - e não necessariamente de forma positiva - num movimento que o autor chama de *altercasting*:

Uma técnica de controle de interação na qual *ego* usa táticas de auto-apresentação e encena gerenciamento no escopo de moldar a definição das situações sociais de *alter* de forma a moldar o papel que *ego* deseja que *alter* represente. Na realidade, *ego* tenta induzir *alter* a assumir uma nova identidade (e desse modo, incluir *alter* no esforço de *ego* para mudar a si mesmo), tratando *alter* como se ele já tivesse aquela identidade. Esta lógica segue diretamente a teoria do espelho da formação da identidade, na qual a identidade de *alter* é o reflexo das práticas de *ego*; mudando aquelas práticas *ego* começa a mudar a concepção de *alter* sobre si mesmo. (Wendt, 1992:421)<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> "A technique of interaction control in which ego uses tactics of self-presentation and stage management in an attempt to frame alter's definition of social situations in ways that create the role which ego desires alter to play. In effect, in altercasting ego tries to induce alter to take on a new identity (and thereby enlist in ego's effort to change itself) by treating alter as if it already had that identity. The logic of this follows directly from the mirror theory of identity-formation, in which alter's identity is a reflection of ego's practices; change those practices and ego begins to change alter's conception of itself." (Wendt, 1992:421)

Em consequência dessas idéias, Wendt questiona também o pressuposto das teorias tradicionais de que o sistema internacional é anárquico por natureza. Segundo autor, assim como foi construída a idéia de anarquia, baseada nos pressupostos hobbesianos da natureza conflituosa dos Estados reafirmada na área de Relações Internacionais pela teoria realista, se tivessem sido outros os pressupostos, como, por exemplo, o da cooperação da teoria liberal, a identidade do sistema internacional poderia ser outra. A grande contribuição de Wendt é mostrar que, ao entendermos os Estados como iguais e com interesses a priori determinados, perde-se a oportunidade de observar as complexidades do processo de construção das relações entre os Estados. Wendt revela que relações que são entendidas como “a priori” conflituosas poderiam se estabelecer de outra maneira, não fosse a idéia de natureza bélica dos Estados reificada pelas teorias tradicionais, particularmente, o realismo.

No entanto, Wendt vem sendo criticado pelas demais correntes pós-positivistas, como a feminista e a pós-estruturalista, que entendem que, ainda que Wendt fale dos interesses e das identidades das relações entre os Estados como uma construção, o autor não discute as questões políticas que estão por detrás das construções identitárias dos próprios Estados, pois assume que a identidade do Estado é uma idéia fixa, existente *a priori*.

Uma das mais veementes críticas feitas a Wendt nesse sentido é o livro de Maja Zehfuss, *Constructivism in International Relations: the politics of reality*, lançado em 2002. A autora utiliza para o desenvolvimento de seu argumento o exemplo da Alemanha e seu engajamento militar no exterior a partir do fim da

Guerra Fria. Quando chamada a intervir no conflito do Golfo em 1991, a Alemanha recusa-se a participar, alegando que sua Constituição proibia o uso da força por tropas alemãs no exterior. No entanto, no ano de 1995, a Alemanha aceita participar militarmente no processo de intervenção na Bósnia. Na tentativa de explicar essa mudança de comportamento na política externa alemã, Maja Zehfuss aplica a análise construtivista de Wendt, e procura explicar a mudança do comportamento alemão através da mudança da identidade alemã. No entanto, a autora aponta para dois pontos críticos do pensamento de Wendt. O primeiro, é que para ele, a mudança da identidade vem a partir de forças externas que fazem com que a identidade do país se modifique, ou seja, Wendt negligencia o peso das questões internas ao estabelecer uma clara separação entre a política externa e a política doméstica, sendo a primeira responsável pelas mudanças na segunda.

O segundo ponto é que, para Wendt, a identidade envolve expectativas estáveis quanto ao comportamento de um país. Segundo ele, a identidade é estável, ou, é a realidade a priori a partir da qual as análises de relações internacionais podem ser feitas (Zehfuss, 2003:61). A crítica de Zehfuss é que Wendt é incapaz de perceber as questões políticas que envolvem a própria construção das identidades. Ao tomar a identidade como realidade última, Wendt deixa de lado questões tais como: de que identidade estamos falando? A quem interessa a tomada dessa identidade como realidade? Zehfuss procura mostrar como até mesmo a opção por determinada identidade em detrimento de outra é, no fim, uma manifestação política (Zehfuss, 2003:87).

Temos aqui, portanto uma das principais diferenças entre as abordagens pós-positivistas mais radicais e os construtivistas. Para os primeiros, o exercício

de desconstrução de conceitos sobre IDENTIDADE se faz necessário para a compreensão sobre a maneira como são construídas as identidades - possibilitando a desnaturalização de identidades outrora reificadas - e para que sejam mostradas as práticas políticas que se encontram por detrás de tais construções, sendo que, para eles, é só através da desconstrução que se cria espaço para que articulações alternativas de identidade sejam pensadas. Já Wendt não segue essa idéia radical da desconstrução, preferindo assegurar um mínimo de estabilidade ao conceito de IDENTIDADE a partir do qual suas análises possam se fundamentar. Nas palavras de David Campbell, autor pós-estruturalista que será discutido a seguir:

(...) Este é um dos pressupostos contrastantes que parecem sublinhar a importante distinção entre os pós-estruturalistas e os construtivistas críticos. Os primeiros acreditam que a desconstrução das identidades tanto amplia o domínio da política para incluir os caminhos nos quais a identidade é constituída quanto contém dentro de si um momento necessariamente afirmativo através do qual a formação das identidades existentes é desnaturalizada e as articulações alternativas de identidade e política tornam-se possíveis. Os últimos podem parecer hesitantes em perseguir esta lógica radical, preferindo, em vez disso, assegurar algumas dimensões da identidade como um caminho para ancorar suas análises. (Campbell, 1998a:223)<sup>49</sup>

A idéia de analisar as práticas políticas que estão por detrás do conceito de identidade está entre as principais contribuições das abordagens pós-positivistas mais radicais quando do tratamento desse conceito. David Campbell (Campbell,

---

<sup>49</sup> (...) This is one of the contrasting commitments that seems to mark important distinction between poststructuralists and critical constructivists. The former appreciates that deconstruction of identities both widens the domain of the political to include the ways in which identity is constituted, and contains within it a necessarily affirmative moment through which existing identity formations are denaturalized and alternative articulations of identity and the political are made possible. The latter can appear hesitant to pursue this radical logic to its ultimate conclusions, preferring instead to secure some dimensions of identity as a way of anchoring analysis. (Campbell, 1998a:223)

1992) sugere, por exemplo, que a política externa pode ser entendida como uma ferramenta de produção e reprodução de identidades que servem para reforçar fronteiras quando estas fronteiras já não se definem mais facilmente. Segundo Campbell, as transformações trazidas pelo processo de globalização colocam em cheque as identidades nacionais e em conseqüência, os próprios Estados, que habitualmente tinham na idéia de identidade nacional uma das bases de sustentação de sua existência. Num movimento de autodefesa, os Estados passam então a procurar situações que reforcem a necessidade da idéia identidade nacional, submetendo suas populações a “discursos de perigo”. A política externa aparece então como o instrumento do Estado para defender sua população contra esses perigos do mundo externo.

Podemos entender melhor o argumento de Campbell se pensarmos genealogicamente o Estado. Os Estados absolutistas se sustentavam apoiados em uma idéia transcendental do poder de Deus conferido a seus governantes; idéia esta que perdeu sentido no mundo moderno secularizado enquanto os Estados-modernos se sustentaram durante muito tempo, apoiados substancialmente na idéia de identidade nacional. Não obstante, as novas configurações espaço-temporais, que colocam em questão as identidades nacionais, fazem com que os defensores da idéia de Estado procurem meios de reproduzir as identidades nacionais no escopo de preservarem o *status quo*. Nesse processo de construção e reprodução de uma identidade nacional, a política externa é utilizada como ferramenta de demarcação de fronteiras e disciplinarização dos corpos contidos no espaço definido pelo Estado, no intuito de



preservação deste espaço. Campbell substitui a pergunta normalmente feita por autores de Relações Internacionais: “Como a Política externa serve na defesa do interesse nacional?”, pela pergunta “como, através da determinação da externalidade, do estrangeiro, a política externa norte americana ajuda a produzir e reproduzir a sua própria identidade “? (Campbell, 1992)

Para responder a esta pergunta, David Campbell troca a metodologia usual na prática científica, caracterizada pelo realismo epistêmico e pela historiografia narrativa por uma metodologia perspectivista, cuja característica principal é uma lógica interpretativa que aceita a impossibilidade de se catalogar, calcular ou mesmo especificar as “coisas reais”. No perspectivismo de Campbell, tudo é discurso e a preocupação central gira em torno da consideração das conseqüências políticas manifestadas pela adoção de um modo de representação em detrimento de outros, isto é, pela escolha de um discurso em detrimento de outro.

Campbell argumenta então que a noção de “perigo” serve para reafirmar espaços morais criados para definição de fronteiras éticas e territoriais através do estabelecimento das dicotomias dentro/fora, eu/outro, doméstico/estrangeiro. A partir de um “discurso do medo” que mostra o fora, o outro, o estrangeiro, como fonte de perigo, os Estados reafirmam suas fronteiras éticas, ou, suas identidades, e conseqüentemente suas fronteiras territoriais<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> (...)Campbell, in studies of the Gulf War and the Bosnia conflict, attempts to show the emptiness of rule-oriented approaches to ethics, symbolized by such constructions as Just War theory in which the actions of parties to a conflict are tested against as allegedly impartial and objective ethical yardstick (Campbell 1993, 1998). Instead he proposes an ethics of encounter, a more personal, less general approach to the identities and interests of groups and individuals, in which those identities and interests are not taken as given but are seen to be constructed in the course of conflicts. (Brown, 2001:61)

Inspirado em idéias sobre o papel dos gêneros nas práticas políticas - gênero não é uma essência interior ao corpo humano, mas sim uma construção discursiva que tem por propósito a disciplinarização da nossa sexualidade - que como veremos a seguir, foram trazidas principalmente pelas abordagens feministas, Campbell argumenta que a constituição da relação gênero/corpo pode ser utilizada como analogia à constituição da relação identidade/Estado:

(...) Eu quero sugerir que a constituição performática de gênero e corpo é análoga à constituição performática do Estado. Especificamente, eu quero sugerir que nós podemos entender o Estado como não tendo 'nenhum *status* ontológico além dos vários atos que constituem sua realidade'; que seu *status* como uma presença soberana na política mundial é produzido por 'um discurso de identidade primária e estável'; e que a identidade de qualquer Estado particular deveria ser entendida como 'constituída tenuamente no tempo... através de uma repetição estilizada de atos', e alcançada não através de um ato de fundação, mas através de um processo regulado de repetição. (Campbell, 1992:9)<sup>51</sup>

Ainda consoante Campbell, a literatura tradicional da área de Relações Internacionais sempre entendeu que a essência da nação precede a realidade do Estado, ou seja, a "identidade" do povo seria a base de legitimação dos Estados e suas práticas. Voltando à analogia antes mencionada, a identidade estaria para o Estado assim como o gênero para o corpo, e se a essencialização do gênero tem por propósito a disciplinarização da sexualidade, o propósito da essencialização da identidade seria a disciplinarização da forma como entendemos a política mundial. Não obstante, como nos mostra o autor, a sociologia recente vem

---

<sup>51</sup> (...) I want to suggest that the performative constitution of gender and the body is analogous to the performative constitution of the state. Specifically I want to suggest that we can understand the state as having 'no ontological status apart from the various acts which constitutes its reality'; that its status as the sovereign presence in world politics is produced by 'a discourse of primary and stable identity'; and that the identity of any particular state should be understood as 'tenuously constituted in time...through a stylized repetition of acts', and achieved, not (through) a founding act, but rather a regulated process of repetition." (Campbell, 1992:9)

alertando para o fato de que a reificação do conceito de Estado leva hoje a entendermos o Estado como precedendo a nação, e que o nacionalismo se tornou uma ferramenta do Estado para conseguir legitimar sua existência (Campbell, 1992:11).

Apesar de normalmente entendido como um conceito fechado, Estado-nação é um conceito que não possui status ontológico, mas sim, que precisa estar sempre sendo reproduzido. Se a essência do Estado é a identidade e se essa essência não é fixa nem estável, se faz necessário para a preservação da idéia Estado que a identidade esteja sempre sendo reafirmada, mesmo que, para tanto, seja necessária a criação de discursos de medo e perigo: “A articulação constante do perigo através da política externa é, portanto, não uma ameaça para a identidade ou para a existência de um estado; mas sim sua própria condição de possibilidade.” (Campbell, 1992:12)<sup>52</sup>

O questionamento das práticas políticas que estão por detrás de conceitos que foram tidos como naturais ou essenciais nos remetem a uma outra discussão que entendemos ser de fundamental importância para nossa argumentação nessa dissertação: a questão da disciplina na sociedade moderna:

“O poder disciplinar cria sua problemática através de estratégias de normalização. Essas estratégias se apresentam nas pessoas e nos lugares quando comparadas, diferenciadas, hierarquizadas, e homogêneas de forma a serem mapeadas como se fossem problemas cujas soluções envolvem na maioria das vezes, distribuição, aprisionamento e vigilância”.(Foucault, 1979:141, apud Campbell, 1998 (b): xi)<sup>53</sup>

---

<sup>52</sup> “The constant articulation of danger through foreign policy is thus not a threat to a state’s identity or existence; it is its condition of possibility.” (Campbell, 1992:12)

<sup>53</sup> Disciplinary power effects a problematization through strategies of normalization. These strategies work on people and places so as to compare, differentiate, hierarchize, and homogenize them in ways that map them as manageable problems amenable to solutions that

Nesse sentido, as abordagens feministas<sup>54</sup>, influenciadas pelo pensamento de Michel Foucault, trazem importantes contribuições para a área, pois as feministas criticam toda forma de disciplinarização, seja do conhecimento, dos gêneros e ou das identidades. As perspectivas feministas surgem em grande parte como forma de protesto das mulheres, a quem por longa data foram negadas oportunidades de escolha, fazendo com que se sentissem excluídas e, num termo mais moderno e por elas bastante utilizado, silenciadas. As feministas vêm, portanto, corroborar idéias dos grupos tidos como dissidentes e excluídos, por terem sido ou ainda serem, as mulheres também, parte desse grupo; hoje composto de diversas minorias.

Nas Relações Internacionais, as teorias feministas ganham destaque concomitantemente - mas não nas mesmas proporções que - as contribuições construtivistas e pós-estruturalistas, tendo sido impulsionadas principalmente por uma inquietação por parte das mulheres que se dedicavam a estudos na área de Relações Internacionais e perceberam a ausência gritante de mulheres no mundo da política e, particularmente, perceberam a forma como essa ausência já fora reificada, sendo entendida como natural pela academia (Sylvester, 1996:254).

As teorias feministas aparecem no estudo da política internacional, portanto, a partir da constatação da existência de um vácuo teórico e de uma

---

more often than not involve distribution, enclosure and surveillance.” (Foucault, 1979:141, apud Campbell, 1998 (b): xi)

<sup>54</sup>Nesta dissertação o termo FEMINISTA é utilizado para designar as contribuições das perspectivas analíticas pós-positivistas feministas na área de Relações Internacionais, não correspondendo à idéia que usualmente se tem do termo FEMINISTA como referência ao movimento feminista dos anos 1960 cuja principal representante foi Simone de Beauvoir.

política de exclusão das mulheres no campo das Relações Internacionais. O principal objetivo das feministas passa a ser a revelação das práticas disciplinadoras do conhecimento, uma vez que, para as representantes dessas correntes, a produção científica na área de Relações Internacionais está envolta por idéias de gênero, ou, num tratamento dado por elas, é um “gendered knowledge”: “Momentos genealógicos nas abordagens feministas das Relações Internacionais revelam a penetração do poder do gênero em um campo que nega ter algo a ver com questões de gênero.” (Sylvester, 1996:260)<sup>55</sup>

Segundo Chrystine Sylvester, um dos nomes expoentes quando se fala em correntes feministas, as principais perguntas que as feministas se colocam hoje são: o que significa saber? Quem pode saber? Onde estão localizados àqueles que sabem? Como as diferenças entre eles podem influenciar nos conhecimentos resultantes de suas pesquisas? Nas palavras da própria autora:

Nós não queremos tyrannizar algumas pessoas enquanto emancipamos outras. Nós não queremos alertar para, anunciar e analisar algumas atividades relevantes para as relações internacionais e deixar de considerar a importância de outras. As feministas já dispensaram muito tempo analisando as políticas de suas próprias teorias, não obstante, a política de *teorizar* as mulheres e os homens e a localização do gênero assume importância primária nesse momento. (Sylvester, 1996:257)<sup>56</sup>

Sylvester divide as contribuições das teorias feministas em Relações Internacionais em duas correntes principais, a que ela chama “*everyday forms of*

---

<sup>55</sup> “Genealogical moments in feminist International Relations reveal the pervasiveness of gender power in a field that denies it has anything whatsoever to do with gender.” (Sylvester, 1996:260)

<sup>56</sup> “We do not want to tyrannize some people while emancipating others. We do not want to notice and announce and analyze some activities relevant to international relations and fail to consider the salience of others. Feminists have long concerned ourselves with the politics of our theories, but now the politics of *theorizing* women and men and the location of gender assume primary importance.” (Sylvester, 1996:257)

*feminist theorizing*” e a corrente por ela chamada de “*sceptical inlining*”. A primeira corrente, como o próprio nome sugere, se dedica ao estudo das pessoas comuns vivendo em lugares comuns, numa tentativa de apontar a existência da política internacional mesmo nesses lugares usualmente ignorados pelas análises mais tradicionais de relações internacionais, que, conforme já vimos, têm por costume se concentrarem em alguns poucos atores internacionais de grande importância, como os Estados, os regimes, etc. As representantes dessa corrente focam suas análises nas pessoas localizadas na subalternidade e no cotidiano dessas pessoas, buscando dar voz aos silenciados.

Uma das principais contribuições dessa corrente, é que, ao destacar a existência da política internacional em lugares tidos como irrelevantes pelo *mainstream*, tais estudos conseguem mostrar a política por detrás da produção científica do *mainstream*, revelando também como a condução da política internacional dependeu do controle das mulheres pelos homens embora tal variável seja ignorada nas análises das correntes teóricas tradicionais (Sylvester, 1996:263).

Enquanto a primeira corrente se preocupa em articular a “voz da mulher e dos excluídos” na política internacional, a segunda corrente, ou, *sceptical inlining*, se dedica a desconstruir as questões de gênero. Isto é, para as representantes dessa segunda corrente, a luta por um “lugar para a mulher” acaba por reificar a idéia de *mulher*, reificando também as dicotomias já tão criticadas pelas versões mais radicais do pensamento pós-positivista com as quais essa corrente feminista compartilha grande parte das idéias. Segundo Sylvester, as representantes do *sceptical inlining* se dedicam a revelar as identidades na política internacional

quando se fala em estereótipos que são conferidos a homens e mulheres nas teorias e nas práticas, buscando com isso a transgressão das fronteiras de gênero (263). Para elas:

Gênero não é sempre algo óbvio, universal e facilmente distinguido de outros temas culturais e políticos. Também não é fácil dizer qual das muitas identidades determina o comportamento de alguém. Afinal de contas, o que é qualificado como realidade, experiência e agência...e, no fim das contas, como política? (Sylvester, 1996:269)<sup>57</sup>

As abordagens feministas sobre as questões de identidade estão entre as primeiras contribuições sobre este tema para as relações internacionais. Em um texto do ano de 1995, Cynthia Enloe e Marysia Zalewski se propõem exatamente a discutir *“questions about identity in international relations theory”*. Para as autoras, o fim da Guerra Fria representa uma nova (des)ordem mundial caracterizada principalmente pela erupção de diversos conflitos nacionalistas que culminaram na reivindicação de confirmação de identidades no campo da política internacional, sendo exemplos deste movimento as disputas por assentos em mesas de decisões, lutas por controle de terras, decisões sobre idiomas oficiais em escolas, etc. (Enloe e Zalewski, 1995:279). Não obstante, segundo elas, as análises de relações internacionais se configuram quase sempre em torno de duas identidades majoritariamente reconhecidas, a raça e a etnia, fato problemático diante de um contexto onde outras inúmeras identidades deveriam ser levadas em conta, identidades essas ligadas por exemplo, ao sexo e à religião. A pergunta que as autoras fazem aos estudiosos da área é: “Quem as pessoas pensam que

---

<sup>57</sup> “Gender is not always something obvious, universal, and readily delimited from other political and cultural subject statuses. Nor is it easy to say which of many identities determines one’s behavior. After all: what qualifies as reality, experience and agency...and indeed, of politics?” (Sylvester, 1996:269)

são e como isso molda não apenas suas ações locais, mas também as internacionais?” Zalewski & Enloe, 1995:280)<sup>58</sup>

Ou seja, as feministas vão procurar trabalhar questões que analisem “quem somos nós nas relações internacionais, quem é identificado como importante nos meios da política internacional, quais identidades são tidas como relevantes e quais não são, a quais grupos é permitida a auto-identificação e finalmente, qual o papel das políticas de identidade nas práticas e na teoria das relações internacionais contemporâneas” (Zalewski & Enloe , 1995:279).

Zalewski e Enloe entendem que para compreender o período Pós-Guerra Fria, se faz necessária a análise sobre as políticas de identidade, pois são as identidades que determinam quem nós somos, como somos tratados e o que se espera de nós. Recuperando Wendt – mas levando a análise a suas últimas conseqüências - para as autoras, as identidades determinam se seremos vistos como amigos ou inimigos, logo, as construções de identidade têm conseqüências importantes em nossa vivência, inclusive para o funcionamento do sistema internacional e analisar como essas identidades são construídas torna-se fundamental se quisermos entender quais os discursos que regem a realidade em que vivemos. Um exemplo utilizado por elas é que ser identificado como judeu na Alemanha nazista dos anos de 1930 e 1940 tinha por conseqüência a possibilidade de perda da própria vida, mesmo que a pessoa se auto-identificasse como alemão. Exemplo que mostra que, além dos processos de construção de identidade surtirem efeitos na vida das pessoas, outra questão se coloca:

---

<sup>58</sup> “Who do people think they are and how does this shape not just their local but their international actions?” (Zalewski & Enloe, 1995:280)



normalmente as identidades são *impostas*, pois as forças são desiguais, às pessoas, que acabam sendo obrigadas a se conformar a elas:

A identidade que freqüentemente irá determinar o destino de alguém não é ditada pela pessoa cuja vida está sendo canalizada. Em vez disso, a identidade está sendo modelada – e construída – por outros, outros que têm um interesse em inventar certas categorias sociais e em tentar fazer as pessoas se conformarem a elas. Mas é um erro imaginar que as pessoas são meros fantoches, marionetes passivas cujos fios de identidade estão sendo puxados por outros onipotentes. Antes, nós devemos pensar na política de identidade como um processo no qual tanto a pessoa que busca responder “quem sou eu?” quanto outras que querem influenciar a resposta, estão empurrando-se e puxando-se mutuamente, embora freqüentemente com recursos desiguais. (Zalewski & Enloe, 1996:282)<sup>59</sup>

Ainda consoante Zalewski e Enloe, as feministas aprenderam em anos de ativismo que as identidades tidas como naturais ou fixas para as Relações Internacionais, são, na verdade, fluidas e complexas. Ao privilegiar certas identidades como naturais, como etnia e raça, por exemplo, as teorias de Relações Internacionais deixam de fora de suas análises variáveis relevantes, o que as faz entender certas resoluções de conflitos como óbvios, quando na verdade, poderiam, e até mesmo, deveriam, ser diferentes. Um exemplo citado pelas autoras é a solução imposta ao conflito nos Bálcãs. Para os ocidentais, que entenderam a identidade étnica como a mais importante, pareceu obvio que os Bósnios muçulmanos veriam os Sérvios e os Croatas como inimigos. Não obstante, um grande número de mulheres bósnias acabaram por se identificar com as mulheres croatas e servias por terem sido todas vítimas de crimes sexuais

---

<sup>59</sup> “The identity that will often determine one’s fate is not dictated by the person whose life is being channeled. Instead, identity is being fashioned – and constructed – by others, others who have a stake in making up certain social categories and in trying to make people conform to them. But it is a mistake to imagine that people are mere puppets, passive marionettes whose identity strings are being pulled by omnipotent others. Rather, we need to think of identity politics as a process in which both the person seeking to answer ‘who I am?’ and others who want to influence the answer are pushing and pulling each other, though often with unequal resources.” (Zalewski & Enloe, 1996:282)

cometidos em massa<sup>60</sup>, ou seja, *mulheres violentadas* era a identidade que prevalecia para elas.

A questão que permeia essas considerações é: o que é identidade afinal e para que serve? Zalewski e Enloe respondem corroborando as idéias de Campbell e da maioria dos pós-estruturalistas. Para elas, identidade não é um conceito auto-evidente nem natural, mas sim uma construção que, segundo as autoras, se manifesta principalmente em situações onde as identidades que foram outrora construídas, estão sendo ameaçadas.

Baseadas em um trabalho de Peterson (1993), as autoras apontam que já não é mais adequado confiar nas fronteiras que tradicionalmente foram utilizadas para a definição de identidades, principalmente porque as definições convencionais para identificação de grupos se provaram exclusórias e comprometidas com a manutenção das dicotomias, como nós/eles, estrangeiro/cidadão, dentro/fora. Numa frase que contém um dos principais pontos da discussão da questão da identidade na atualidade, as feministas resumem suas idéias: “Será que temos que nos contentar com a prevalência do sucesso de identidades nacionais particulares mesmo que em detrimento de outras identidades subnacionais e transnacionais?” (Peterson, 1993:11 apud Zalewski & Enloe, 1996:287).<sup>61</sup>

A contribuição que os pós-positivistas prestam às abordagens de Relações Internacionais com a discussão da questão da identidade é de grande importância,

---

<sup>60</sup> Argumento profundamente trabalhado no livro de 1998 de Campbell: *Deconstructing Bósnia* (Campbell, 1998(b)).

<sup>61</sup> “Do we have to be content with the continuation of the success of particular national identities at the expense of other sub national and transnational identities?” (Peterson, 1993:11 quoted in Zalewski & Enloe, 1996:287).

como vimos acima. Não obstante, como a discussão sobre a questão da identidade se tornou fundamental no Pós-Guerra Fria, autores positivistas também se dedicaram a falar de identidade. Porém, para os autores críticos mais radicais, as abordagens sobre o assunto feitas pelas correntes tradicionais servem a objetivo bem diferente das abordagens pós-positivistas, a saber: disciplinar a produção de conhecimento em Relações Internacionais.

Conforme visto anteriormente, David Campbell escreve em 1992 sobre como a política externa pode ser entendida como uma ferramenta para escrever e reescrever a identidade nacional de um país (no caso específico do livro de Campbell, os Estados Unidos) garantindo a manutenção/sobrevivência da idéia de Estado-Nação, mesmo que para isso seja necessária a prática de uma política do medo. Se a questão da identidade ganhou relevância nas análises de Relações Internacionais através do trabalho de Alexander Wendt (1992) quando o autor mostra o papel das identidades na formação dos interesses nacionais, a contribuição de Campbell é mais radical ao mostrar o papel da política na formação das próprias identidades nacionais, sendo que para o autor, a política da identidade exerce a função de disciplinar o entendimento sobre o sistema internacional em termos favoráveis à manutenção do *status quo*, no caso, o Estado-Nação.

O livro de Campbell, juntamente com outras obras pós-positivistas, teve bastante repercussão no meio acadêmico das Relações Internacionais, fazendo com que, como já nos sugeriu Lapid, questões mais subjetivas entrassem na agenda de pesquisa do *mainstream*. Não obstante, Campbell argumenta que tal movimento, do modo como vem sendo executado, serve não como tentativa de

aproximação entre as correntes dominantes e críticos - como se poderia supor - mas sim para uma maior marginalização dos dissidentes. Isto porque, segundo Campbell, a forma como as correntes dominantes vêm tratando as questões mais subjetivas é uma maneira de disciplinar a produção acadêmica em Relações Internacionais, principalmente no tangente à questão da identidade.

Corroborando Campbell, Lapid argumenta que é recorrente nas análises tradicionais uma necessidade de manter intacta a crença em um único e ideal método de pesquisa. Segundo ele, os autores das teorias tradicionais desconfiaram durante muito tempo da possibilidade de se estudar cultura e identidade sem o comprometimento do método científico. Não obstante, como se tornou quase consensual a introdução dessas questões nas análises de Relações Internacionais, esses autores passaram a estudar tais questões de uma maneira que os possibilitava analisar cultura e identidade do mesmo modo como analisavam economia e geopolítica. Isto é, transformaram cultura e identidade em variáveis que pudessem ser submetidas a testes empíricos a partir dos quais era possível o estabelecimento de hipóteses causais que relacionassem cultura, identidade e outras questões subjetivas a comportamentos observáveis no sistema internacional:

A prioridade é mover-se rapidamente das afirmações metafísicas de que a cultura e a identidade importam para demonstrações empíricas de “como elas importam” e como seus efeitos podem ser sistematicamente estudados pelos cientistas sociais. (Goldstein & Keohane, 1993:6) Dois imperativos em particular irão sobressair: primeiramente, manter distância segura do ‘purgatório’ da análise de segunda ordem (ou seja, meta-teórica); em segundo lugar, convergir rapidamente em um único tipo de operação erudita, a saber: a articulação formal e

o teste empírico das hipóteses causais relacionadas a cultura/identidade/idéias para resultados comportamentais. (Lapid, 1996:9)<sup>62</sup>

Lapid nos convida a desconfiar dos defensores - teóricos tradicionais - de um método de pesquisa que outrora marginalizaram as questões de identidade e cultura e hoje buscam reintegrar tais questões de forma a fazê-las caber na estrutura do método por eles utilizado.

Nesse sentido, analisando as reações dos teóricos tradicionais da disciplina de Relações Internacionais à publicação da primeira edição de *Writing Security* e fazendo uma analogia entre sua argumentação no livro, quando fala das práticas de política externa que criaram o “estranho”, com as práticas das correntes tradicionais ao falar dos pós-estruturalistas Campbell alerta para as práticas políticas da identidade que foi conferida aos pós-estruturalistas/pós-modernos. O autor não nega que seu trabalho incorpora muitas idéias da escola de pensamento conhecida como pós-estruturalista; não obstante, ressalta o fato de que a identidade pós-moderna ou pós-estruturalista que lhes é conferida serve como “estratégia de contenção e gesto de rejeição, designados a conferir status de *paria* àqueles que se opõem ao pensamento dominante” (Campbell, 1998(a):212). O termo “pós-modernos” é, segundo Campbell, um rótulo homogeneizador, utilizado mais por seus críticos do que pelos próprios autores da corrente, sendo que o exemplo maior desse fato é que nem mesmo os dois autores tidos como principais

---

<sup>62</sup> “The priority is to move quickly from metaphysical affirmations that culture and identity matter to empirical demonstrations of ‘how they matter, and how their effects can be systematically studied by social scientists’ (Goldstein & Keohane, 1993:6). Two imperatives will stand out in particular: First, keep safe distance from the ‘purgatory’ (ibid:26) of second-order (that is, meta-theoretical) analysis; second, converge swiftly on a single type of scholarly operation, namely the formal articulation and the empirical testing of causal hypotheses relating culture/identity/ideas to behavioral outcomes.” (Lapid, 1996:9)

expoentes do pensamento “pós-moderno”, Michel Foucault e Jacques Derrida endossam o uso do termo. Para Campbell:

O pós-modernismo tem se tornado uma metáfora para uma gama de ansiedades intelectuais e culturais sobre a vida numa era de incertezas. O pós-modernismo, assim, não descreve o trabalho de um grupo de pensadores em particular. Em vez disso, como um importante lugar de política externa, o termo pós-modernismo funciona como uma maneira de direcionar nossa atenção e estabelecer uma disposição negativa com relação a um conjunto de características com as quais nós estaríamos todos preocupados fossem elas para ser não problematicamente defendidas por qualquer pessoa. (Campbell, 1998(a):212)<sup>63</sup>

Não cabe neste trabalho a discussão de um debate tão abrangente quanto esse apresentado por Campbell. O que nos interessa aqui é observar a utilização de um raciocínio antes aplicado à compreensão das práticas políticas de construção de identidades que se encontram por detrás da lógica da política externa norte-americana sendo agora aplicado na compreensão das práticas políticas de construção de identidades dos teóricos das correntes tradicionais das Relações Internacionais. Práticas essas que, segundo Campbell, levam à construção da identidade “pós-modernos estranhos e perigosos” imposta aos críticos mais radicais das teorias tradicionais e, conseqüente reafirmação da identidade dos próprios teóricos tradicionais como “normais e confiáveis”, num movimento de reificação das dicotomias estranho/normal e perigo/segurança.

Consoante Campbell existe ainda, por detrás da discussão de identidade dos teóricos tradicionais, a intenção da normalização de políticas de identidade,

---

<sup>63</sup> “Pos-modernism has become a metaphor for a range of cultural and intellectual anxieties about life in an age of uncertainty. Pos-modernism thus, does not describe the work of a particular group of thinkers. Instead, as an important site of foreign policy, the term postmodernism function as a way of directing our attention and establishing a negative disposition toward a set of characteristics with which we would all be concerned were they to be unproblematically advocated by anyone.” (Campbell, 1998:212)

pois apesar da incorporação de temas mais subjetivos à agenda de pesquisa do *mainstream*, os autores tradicionais – Wendt também é incluído nesse caso - continuam a trabalhar esses temas tendo por base epistemológica a dicotomia matéria/idéia, e acabam sempre dando prioridade ao material sobre o subjetivo sendo os fenômenos relativos ao mundo das idéias geralmente entendidos como complementação aos fenômenos/fatos materiais (Campbell, 1998(a): 221). Segundo Campbell, o problema se dá, pois a preocupação dos pós-estruturalistas ao tratar as questões subjetivas ou relacionadas ao mundo das idéias é exatamente criticar e desconstruir dicotomias, particularmente a dicotomia matéria/idéia, já que para eles, idéia e matéria só podem ser entendidas numa relação performática onde uma co-constitui a outra: "Imaginar o mundo nos termos da dicotomia idéia/matéria é o que permite aos realistas recorrentes insistirem na prioridade da matéria e a alas mais progressistas da ortodoxia falar em complementação do material com questões relativas ao mundo das idéias". (Campbell, 1998 (a): 221)<sup>64</sup>

Campbell argumenta, portanto, que apesar de terem acrescentado às suas agendas de pesquisa os fenômenos relativos ao mundo das idéias (*ideational*), os teóricos tradicionais e os construtivistas, ao trabalharem em cima de uma dicotomia continuam optando por uma epistemologia que possibilite uma análise positiva dos fatos, transformando esses fatos - argumento também sugerido por Lapid - em variáveis que podem ser operacionalizadas em termos causais

---

<sup>64</sup> "(...) Figuring the world in terms of an idealist/materialist dichotomy is what enables recidivist realists to insist on the priority of the material, and more progressive wings of orthodoxy to talk of supplementing the material with the ideational." (Campbell, 1998(a):221)

(Campbell, 1998(a):217). Assim, segundo Campbell, cultura acaba sendo para tais estudiosos, somente mais um rótulo para os “fatores sociais”, para tudo aquilo que não é material. Conseqüentemente, a questão da identidade é considerada, por abordagens essencialistas, uma variável que pode ser incluída em compromissos teóricos já existentes:

A identidade é vista como pouco mais que um ‘rótulo útil’, e a discussão desse conceito, é insistido, não deveria ser lida ‘como um sinal de compromisso com alguma (provavelmente parisiense) teoria social exótica’. O que nós estamos presenciando em argumentos como esse, portanto, é pouco mais que uma tentativa de domesticar o discurso e as noções a ele relativas, de maneira que os interesses substantivos dos estudos críticos possam ser mapeados em estruturas preexistentes da ciência social empírica, enquanto questionamentos mais abrangentes e meta-teóricos (e, por conseguinte, ético-políticos) de suas posições possam ser evitados. (Campbell, 1998(a):218)<sup>65</sup>

Em contraposição, para Campbell, cultura é o lugar onde ocorrem as práticas relacionais que culminarão nas políticas de identidade, e não um fenômeno substantivo *per se*:

Em vez de diminuir os aspectos politizados da cultura quando entendida naqueles termos, nós podemos ver a cultura como parte das condições de inteligibilidade que estabelecem a condição de possibilidades para o ser social. A questão da ‘cultura da segurança’ torna-se, portanto, não uma questão do contexto social que provê *inputs* que colorem os processos de tomada de decisão, mas sim o caminho pelo qual argumentos culturalistas garantem a identidade dos assuntos em cujo nome eles falam. (Campbell, 1998(a):221)<sup>66</sup>

---

<sup>65</sup> “Identity is seen as little more than a “useful label”, the deployment of which, it is insisted, should not be read “as signal of commitment to some exotic (presumably Parisian) social theory”. What we are witnessing in arguments such as this, therefore, is little more than an attempt to domesticate “discourse” and related notions, so that the substantive interests of critical scholars can be mapped onto the preexisting strictures of empirical social science, while the larger metatheoretical (and thus ethico-political) questions of their positions can be avoided.” (Campbell, 1998(a):218)

<sup>66</sup> “Instead of diminishing the politicized aspects of culture in those terms, we can see culture as signifying part of the conditions of intelligibility that establish the condition of possibility for social being. The issue of “security culture” becomes, therefore, not a question of the social context that provides inputs that color the decision-making process, but the way in which culturalist arguments themselves secure the identity of subjects in whose name they speak.” (Campbell, 1998(a):221)



Finalizando, consoante Campbell, as correntes dominantes e os construtivistas trabalham numa lógica diferente dos pós-estruturalistas. Enquanto os primeiros desenvolvem a lógica da explicação, os últimos trabalham com a lógica da interpretação. Isso ocorre principalmente porque essas correntes divergem sobre suas premissas ontopolíticas<sup>67</sup>, isto é: têm diferentes julgamentos sobre a natureza das realidades e sobre nossa capacidade de entendê-las. Campbell sugere que “(...) para entender a política, alguns pensadores das relações internacionais deveriam se ver mais como exploradores da ‘antropologia filosófica da vida cotidiana em escala global’”. (Campbell, 1998 (a): nota 83)<sup>68</sup>

## **PENSANDO ARTICULAÇÕES ALTERNATIVAS**

Conforme enunciado anteriormente, entendemos ser a problemática identidade/diferença um dos temas mais ricos da área a partir do qual podemos discutir articulações alternativas para nossa compreensão das relações internacionais. A discussão sobre a questão da identidade nos mostrou até agora como além de identidade não ser um conceito fixo, ele é utilizado politicamente nos discursos da política mundial. Veremos agora, como o segundo termo da problemática, a questão da diferença, nos auxilia na compreensão de propostas

---

<sup>67</sup> “Ontopology is a neologism that signifies the connection of the ontopolitical value of present-being to its *situation*, to the stable and presentable determination of a locality, the topos of territory, nation, soil, city, body in general.” (Campbell, 1998 (b): 80)

<sup>68</sup> “(...) to understand politics, some in international relations might better regard themselves as exploring the “philosophical anthropology of everyday life on a global scale” (Campbell, 1998(a): nota 83)

sobre a reinvenção das relações internacionais e como, a partir da desconstrução da dicotomia identidade/diferença é possível uma nova ética para as relações internacionais.

Veremos que a variável diferença sempre foi um problema para as discussões em Relações Internacionais. Desde a diferenciação a partir da idéia de Estado entre segurança e anarquia, cidadão e estrangeiro, nacional e internacional; na política moderna, o diferente sempre foi desvalorizado em relação ao igual. Procuraremos mostrar que essa inabilidade da disciplina de Relações Internacionais para lidar com o diferente é uma das causas do estabelecimento das fronteiras que excluem a ética do internacional. Questionaremos então, a própria identidade da disciplina de Relações Internacionais, na busca pelas práticas políticas que estabeleceram a moral da relação entre os Estados.

Naeem Inayatullah e David Blaney em seu livro *International Relations and the Problem of Difference* (2004) argumentam que a produção de conhecimento na área de Relações Internacionais está atrelada a valores ocidentais cujas origens remontam ao colonialismo e às guerras religiosas, o que impossibilita aos estudiosos da área um olhar descomprometido que os permita realmente analisar o INTER das Relações sem reproduzir atitudes colonialistas<sup>69</sup>.

Para os autores, as teorias tradicionais ofereceram duas principais alternativas para essa questão, a saber, alternativas comunitaristas e alternativas cosmopolitas sendo que as primeiras se referem ao “mundo dos Estados

---

<sup>69</sup> Não se pretende aqui sugerir que exista o “olhar descomprometido do cientista”, mas apenas ressaltar que o olhar dos analistas de Relações Internacionais está, de forma geralmente não questionada, comprometido com os valores ocidentais.

Independentes” e as segundas a uma “ordem cosmopolita”. No primeiro caso, prevalece a idéia de um mundo onde a diferença é contida e demarcada pelas fronteiras dos Estados, transformando-se em “diferença internacional” (Inayatullah e Blaney, 2004:7). Isto é, dentro do Estado, estão localizados os “iguais” e fora das fronteiras do Estado, ficam os “diferentes”. Nessa reafirmação da dicotomia dentro/fora com a dicotomia igual/diferente(outro) tem-se entendimento do diferente como necessariamente uma ameaça aos iguais:

A comunidade política limitada constrói (e é construída) pelo outro. Além de suas fronteiras, o outro é visto como uma ameaça perpétua assumindo a forma de outros estados, grupos antagônicos, bens importados e idéias alheias. O outro também aparece como diferença dentro, invalidando a presumida, mas raramente alcançada semelhança. O outro dentro das fronteiras da comunidade política é gerenciado por uma combinação de hierarquia, erradicação, assimilação ou expulsão, e tolerância. O outro externo é abandonado à própria sorte, podendo sofrer ou prosperar de acordo com seus próprios meios (embora sua pobreza ou prosperidade possam acabar sendo entendidas como ameaça); ele é barrado nas fronteiras, expulso e dissuadido; ele é militarmente derrotado e colonizado se necessário. De fato, as relações coloniais têm existido, por muito tempo, como um modo de segregação ou, talvez mesmo, como um suplemento às relações entre os estados soberanos. (Keene, 2002 apud Inayatullah e Blaney, 2004: 7)<sup>70</sup>

No segundo caso, “uma ordem cosmopolita”, toma lugar a reivindicação e busca por valores universais que pudessem levar os homens a uma convivência mais pacífica. Não obstante, por detrás desta idéia, fica a tentativa de transformar todos em iguais, com a possível assimilação dos mais fracos pelos mais fortes. Segundo os autores, os ocidentais têm uma tendência histórica a entender a

---

<sup>70</sup> “The bounded political community constructs (and is constructed by) the other. Beyond its boundaries, the other lurks as a perpetual threat in the form of other states, antagonistic groups, imported goods, and alien ideas. The other also appears as difference within, vitiating the presumed but rarely, if ever achieved, sameness. The other within the boundaries of the political community is ‘managed’ by some combination of hierarchy, eradication, assimilation or expulsion, and tolerance. The external other is left to suffer or prosper according to its own means (though its poverty and prosperity may be experienced as threat); it is interdicted at border crossings, balanced and deterred; it is defeated military and colonized if need be. Indeed, colonial relationships have long existed as a separable mode of, or perhaps as, a supplement to relations among sovereign states.” (Keene, 2002 apud Inayatullah e Blaney, 2004: 7)

diferença como um tipo de “degeneração da perfeição original de Deus”, o que os leva a reagir sempre da mesma maneira em momentos de descoberta do diferente: ou ignora-lo ou confrontá-lo, mas nunca simplesmente entende-lo como diferente:

(...) à luz dos nossos argumentos nesse livro, nós sugerimos que a mais dura oposição que nós encontramos foi a própria experiência da cultura Ocidental com a diferença, pois uma forte corrente dentro dela entende a diferença como um tipo de degeneração da perfeição original de Deus. Ao menos desde a reforma e de suas guerras de purificação religiosa, a cultura ocidental tem sido tão traumatizada pelos problemas da diferença, que seus modos habituais de lidar com ela tem sido ignorá-la de maneira moralista ou adiar indefinidamente o confronto com a questão. (Inayatullah e Blaney, 2004:VIII).<sup>71</sup>

Essa tendência a ignorar ou confrontar o diferente, é segundo os autores, parte da ética ocidental moderna onde comparação e competição são entendidas como essências do ser humano, pois as teorias de modernização que construíram o pensamento ocidental desde o Iluminismo utilizam a competição e a comparação para diferenciar o EU do OUTRO através do estabelecimento dos valores *mais* e *menos*, num processo de construção identitária que exige a negação ou assimilação do OUTRO para a existência do EU.

Não obstante, para Inayatullah e Blaney, tal lógica não é essencial e sim, uma construção; fato que passa despercebido pelos teóricos ocidentais que ainda acreditam na possibilidade de uma “posição transcendental a partir da qual se pode avaliar a vida social” (Inayatullah e Blaney, 2004:5). Isto é, Inayatullah e

---

<sup>71</sup> “(...) In light of our argument in this book, we would now suggest that the stiffest opposition we faced was Western culture’s experience with difference itself, a powerful stream of which has treated difference as a kind of degeneration of God’s original perfection. At least since the reformation and its wars of religion purification, this aspect of western culture has been so traumatized by the problems of difference that its habitual modes of dealing with it has been to self-righteously ignore it, or to defer confronting it indefinitely.” (Inayatullah e Blaney, 2004:VIII).

Blaney se juntam aos pensadores pós-positivistas na crítica a entendimentos descontextualizados que levam a reificação de idéias construídas historicamente e que impossibilitam enxergar diferentes possibilidades e soluções para determinados problemas e criticam a reificação da construção da lógica da competição que leva a enxergar o OUTRO ou o DIFERENTE sempre como uma ameaça à identidade do EU, e conseqüentemente, uma ameaça “às normas de estabilidade, segurança e ordem” (Inayatullah e Blaney, 20042). Consoante os autores: “Teoria e a prática buscaram conter, domesticar ou destruir a diferença – no escopo de estabelecer um ‘império da uniformidade’, segundo feliz frase de James Tully (1995b).” (Inayatullah e Blaney, 2004:3).<sup>72</sup>

Na tentativa de pensar alternativas ao discurso moderno, influenciados pelo pensamento de Todorov, Inayatullah e Blaney argumentam primeiramente que é possível observar um padrão de respostas – padrão esse chamado por Todorov de *duplo movimento* - até hoje dadas pelo EU quando da descoberta do OUTRO. Por exemplo, ao analisar o descobrimento das Américas, Todorov fala de um movimento que se inicia pelo **maravilhamento** com a descoberta do diferente - o que mostra ao EU (colonizador) que o mundo não é um, é mais do que o mundo do EU, comporta também o mundo do outro – mas maravilhamento este que logo se transforma em **subjugação** do outro, devido à necessidade do EU de, uma vez descobertas diferentes possibilidades, reafirmar sua própria identidade; sendo que a subjugação logo se metamorfoseia em uma tentativa de encontrar semelhanças entre o EU e o OUTRO, na busca de uma “humanidade em comum”; o que,

---

<sup>72</sup> “(...) Theory and practice aimed to contain, domesticate, or destroy difference – to establish an “empire of uniformity”, in James Tully’s (1995b) felicitous phrase.” (Inayatullah e Blaney, 2004:3).

segundo Todorov (nas palavras de Inayatullah e Blaney) resulta no movimento da negação da diferença, da **assimilação**, através da projeção dos valores do EU, no outro: “O maravilhamento é, assim, dissolvido no duplo movimento: diferença vira inferioridade e a possibilidade de uma humanidade comum requer assimilação.” (Inayatullah e Blaney, 2004:10)<sup>73</sup>

O *duplo movimento* mencionado por Todorov acontece devido à incapacidade do EU de lidar com as ambigüidades, inseguranças e frustrações inerentes a qualquer relação com o desconhecido, no caso, o OUTRO. Ou seja, na busca pelo controle e pelas certezas, na tentativa de fazer do OUTRO algo mais familiar sobre o qual se possa estabelecer um mínimo de previsão sobre suas ações, o EU acaba por estabelecer uma relação de dominação e dependência com o DIFERENTE. As incertezas e ambigüidades dos encontros culturais foram historicamente resolvidas, na maioria das vezes, pela afirmação da superioridade de uma cultura em relação à outra e pela conseqüente conquista (assimilação) da cultura inferior pela cultura tida como superior:

A dominação britânica foi organizada discursivamente em termos das dimensões de gênero e de idade, invocando hierarquia – força e fraqueza, dominação e submissão – através de uma polarização paralela de masculinidade e feminilidade e maturidade versus infância e velhice. Mapeando essas polaridades nas construções identitárias dos britânicos e dos indianos, vemos a dominação britânica construída como dominação masculina sobre uma Índia subservientemente feminina, e uma vibrante maioridade Européia foi colocada em contraposição a um Oriente caracterizado ao mesmo tempo como infantil e envelhecido. (Inayatullah e Blaney, 2004:12).<sup>74</sup>

---

<sup>73</sup> “Wonderment is thus dissolved into the double movement: difference becomes inferiority, and the possibility of common humanity requires assimilation”. (Inayatullah e Blaney, 2004:10)

<sup>74</sup> “British colonial domination was organized discursively along dimensions of both gender and age, invoking hierarchy – strength and weakness, dominance and submission – via parallel polarization of masculinity and femininity and maturity versus childhood and old age. By mapping those polarities onto the British and Indian selves, British dominance was constructed as manly rule over submissively feminine India, and a vibrant European adulthood was couterposed to an at once infantile decrepit, aged East.” (Inayatullah e Blaney, 2004:12).

Os autores argumentam que as zonas de contato<sup>75</sup> foram historicamente preenchidas por relações de poder, transformando-se em local para encontros de colonização. A articulação alternativa seria então modificar a maneira como as relações se estabelecem na zona de contato, modificando em consequência, a construção da identidade do EU e do OUTRO. Retomando mais uma vez o pensamento de Todorov, Inayatullah e Blaney afirmam que uma alternativa para as relações na zona de contato seria o *perspectivismo*<sup>76</sup>:

Mais que simplesmente apagar o outro através da assimilação, as práticas e as tradições culturais dos outros são colocadas lado a lado com as nossas, tanto diferenças quanto similaridades (tanto forças quanto fraquezas) são notadas e certo consenso de visões, senão uma hibridez pessoal, é construída e revelada. (Inayatullah e Blaney, 2004:12)<sup>77</sup>

Junto com o *perspectivismo*, Inayatullah e Blaney trabalham também o conceito de *ethnological moment*, encontrado em Todorov, cujo significado fala da apropriação do outro como recurso para auto-avaliação, que acaba por modificar substancialmente não somente a forma como o EU vê o OUTRO, mas também a forma como o EU percebe a si próprio e à sua cultura. (Inayatullah e Blaney, 2004:12)

---

<sup>75</sup> “The contact zone invokes the spatial and temporal co-presence of subjects previously separated by geographic and historical disjuncture, and whose trajectories now intersect.” (Inayatullah e Blaney, 2004:9)

<sup>76</sup> Lembrar que *perspectivismo* é uma idéia de Nietzsche, que já foi retomada nas análises pós-positivistas outras vezes nessa dissertação (Campbell, 1992). Sobre o *perspectivismo* como característica do pos-positivismo, ver Lapid, 1989.

<sup>77</sup> “Rather than simply effacing the other by assimilation, the cultural practices and traditions of others are placed beside one’s own, both differences and commonalities (and strengths and weaknesses) are noted, and a certain overlap of views, if not a personal hybridity, is constructed and revealed.” (Inayatullah e Blaney, 2004:12)

Inayatullah e Blaney argumentam então pela substituição de relações de violência e dominação pelo diálogo entre os diferentes. Não obstante, para o estabelecimento deste diálogo e para que uma relação de igualdade dentro da zona de contato realmente aconteça é preciso que as partes envolvidas no diálogo estejam ali dispostas a ultrapassar as fronteiras da realidade construída pelas dicotomias polarizantes e hierárquicas da modernidade.

Nesse sentido, Inayatullah e Blaney buscam no trabalho de Ashis Nandy – renomado autor pós-colonialista que trabalha principalmente questões ligadas a culturas do conhecimento e diálogo entre as civilizações<sup>78</sup> - uma maneira de fazer acontecer esse diálogo na zona de contato. Nandy fala em *struggle for cultural self-discovery*. Para o autor, o que impulsiona o EU a querer olhar o OUTRO como OUTRO é a experiência do sofrimento que propicia a descoberta de que o OUTRO também existe dentro do EU, ou seja, uma autodescoberta. A consciência da dor faz com que o EU se disponha a ouvir o OUTRO, não pela necessidade de reafirmação de sua identidade e nem com a intenção de colonizá-lo, mas sim, para **dialogar** sobre algo que EU e OUTRO experienciam – o sofrimento. Nesse sentido, o objetivo maior seria ainda não só estabelecer uma conexão com o outro, mas fazer da superação do sofrimento causa comum e objetivo dos pensamentos e ações de EU e OUTRO:

(...) a habilidade para reconhecer que o outro não é simplesmente externo, mas também existe dentro do eu, é apenas o primeiro passo. Mais forte e criativa é a capacidade de descobrir o outro como uma fonte de auto-reflexão crítica e de transformação cultural. Para Nandy, a chave é que cada um use o seu ou a sua própria experiência de sofrimento não apenas para estabelecer uma conexão com

---

<sup>78</sup> Ver por exemplo, NANDY, Ashis, *Traditions, Tyranny, and Utopias: Essays in the Politics of Awareness*. Delhi: Oxford UP, 1987.



o sofrimento dos outros, mas também para fazer da superação do sofrimento, objetivo central do pensamento e da ação. (Inayatullah e Blaney, 2004:14)<sup>79</sup>

Ainda segundo Nandy, esta idéia pode ser entendida como uma utopia negativamente definida, pois, o *diálogo de resposta à opressão*, promove um consenso vago e implicitamente negativo sobre uma visão a-heróica de uma sociedade minimamente decente, desapontando os que crêem numa visão definitiva da ordem mundial. Mas, consoante Nandy, é exatamente esse desejo por uma ordem unificada que deve ser abandonado para que a alternativa do diálogo possa surgir. (Nandy, 1987:13 apud Inayatullah e Blaney, 2004:14).

Inayatullah e Blaney argumentam por fim que o terreno cultural contemporâneo ainda é um espaço caracterizado por *encontros colonialistas* e que a forma como as teorias de Relações Internacionais olham para a diferença não possibilita os tipos de *encontros pelo diálogo* de que falam Todorov e Nandy (Inayatullah e Blaney, 2004:15). Os autores reivindicam, portanto, a reimaginação da disciplina de Relações Internacionais, que para eles deve passar a ser entendida como um campo de estudos das Relações Interculturais onde aja espaço para a *Heterologia (estudo da diferença)*; e que forneça cada vez mais ferramentas para que o diálogo aconteça (Inayatullah e Blaney, 2004:17).

As idéias de Inayatullah e Blaney nos remetem a artigos do livro organizado por Campbell e Shapiro, *Moral Spaces: rethinking ethics and world politics*

---

<sup>79</sup> "(...) the ability to acknowledge that the other is not simply external but also exists within the self is only the first step. More powerful and creative is the capacity to uncover the other within as a source of critical self-reflection and cultural transformation. For Nandy, the key is that each figure uses his or her own experience of suffering not only to establish a connection to the suffering of others, but also to make overcoming of suffering central to thought and action." (Inayatullah e Blaney, 2004:14).

(Campbell e Shapiro, 1999), cujo tema principal – como o próprio título sugere - é a discussão sobre a formulação de uma nova ética para as relações internacionais. Os autores argumentam no texto introdutório, que a tentativa das teorias de Relações Internacionais de acharem uma teoria ética parte de uma busca por princípios universais, da busca pelo estabelecimento de um código ético transcendental fundamentado na idéia de justiça como regras imparciais (Campbell e Shapiro, 1999:viii). No entanto, consoante os autores, não existem regras imparciais e a busca por essa ética acaba levando aos movimentos colonizadores vistos em Inayatullah e Blaney.

Campbell já havia argumentado anteriormente (sob influência de Derrida e Levinas) que justiça para ele não são regras imparciais, mas a realização da relação com o outro. Isto é, a justiça ocorre quando estamos abertos à surpresa do outro, aceitamos o chamado do outro ou queremos ser modificados pelo encontro com o outro; onde a experiência do impossível acontece (Campbell, 1998(b): 185). Para Campbell, é exatamente a relação com o outro o contexto da política, onde a responsabilidade é irreduzível, e não obstante, é aí que a responsabilidade vem sendo substituída pela violência. Nesse sentido, podemos fazer uma analogia com a idéia de zona de contato discutida por Inayatullah e Blaney e vemos que também assim como eles, Campbell sugere uma nova forma de relação, onde a violência ou colonização são substituídas pela alteridade<sup>80</sup>,

---

<sup>80</sup> O conceito alteridade é complexo e encontram-se várias definições para ele. Usamos aqui alteridade para falar da idéia de que “o eu só existe em diálogo com os outros, sem os quais não se poderá definir. O processo de autocompreensão só se pode realizar através da alteridade, isto é, pela aceitação e percepção dos valores do Outro” (e-dicionário de termos literários, ISBN: 989-20-0088-9 , disponível em: <http://www.fcs.unl.pt/edtl/verbetes/A/alteridade.htm>

pois, consoante Campbell a relação com o outro é não menos do que a condição de possibilidade do EU (Campbell, 1998(b):ix).

Voltando ao texto de 1999, Campbell e Shapiro discutem então que os artigos do livro por eles organizado são de autores que partilham de uma idéia de transcendência ética onde a justiça é entendida como realização da alteridade. A transcendência não estaria atrelada à idéia de transcendência das diferenças em favor de um ideal universal, mas sim na transcendência da própria idéia de OUTRO, já que está é, como nos dizem os autores, produzida mais por *differance*<sup>81</sup> que por determinação ontológica:

“Acima de tudo, essa alternativa é ‘contra teoria’ já que resiste ao desejo por uma teoria sobre ética que articule princípios abstratos de maneira sistematizada. Lutar contra o desejo por abstrações sistemáticas não significa que essas análises corroboram a rejeição simplista do universal em prol do particular. Em verdade, especialmente pela atenção dedicada a Levinas nos argumentos discutidos, existe sim um reconhecimento de que os conceitos dos próprios colaboradores incorporam formas de transcendência ética. No entanto, esta forma de transcendência ética não é a transcendência de um ego ou principio a-histórico. É sim transcendência no sentido em que alteridade, ou O OUTRO, é uma condição inescapavelmente produzida mais por *differance* que por ontologia. Tal reconhecimento resulta numa transcendência sem presença, algo que se aproxima de um sentido de universalidade sem uma fundamentação universal de caráter fixo. Em conseqüência disso, mais do que preocupados com uma teoria ética, os colaboradores desse volume são motivados pela relação ética na qual as responsabilidades para com o outro são a base para reflexão”. (Campbell e Shapiro, 1999: x)<sup>82</sup>.

---

<sup>81</sup> **Differance:** “Termo cunhado pelo filósofo francês Jacques Derrida para traduzir o duplo movimento do signo lingüístico que diferencia e difere, nunca se fixando numa única instância.” (E-dicionário de termos literários, ISBN: 989-20-0088-9, disponível em: <http://www.fcsb.unl.pt/edtl/verbetes/D/differance.htm>)

<sup>82</sup>“Most obviously this alternative is “agaisnt theory” insofar as it resists the desire for a theory of ethics that articulates abstracted principles in a systemazed manner. Struggling with the desire for systematic abstractions does not mean that these analyses engage in the simplistic rejection of the universal and its substitution by the particular. Indeed, especially given the attention paid to Levinas in the following arguments, there is a recognition of the way in which the concerns of the contributors embody a form of ethical transcendence. This form of ethical transcendence is not the transcendence of an ahistorical ego or principle. Instead, it is transcendence in the sense that alterity, being’s other, is an inescapable condition produced by *differance*<sup>82</sup> rather than ontology.

Campbell e Shapiro argumentam ainda que as teorias éticas sobre a ética global vêm sendo desenvolvidas tendo por base a configuração espaço-temporal do sistema de Estados e estão atreladas ao imaginário geográfico civilizatório, onde as pessoas são hierarquizadas moralmente a partir do *lócus* que ocupam na cartografia moral do discurso civilização/barbárie:

“A relação entre moralidade e cartografia é historicamente evidente, por exemplo, na maneira como aqueles que empregaram o discurso civilizatório trataram com menos solicitude moral os que se encontravam de fora das fronteiras da ‘civilização’. Ainda que possamos ver variações nos projetos globais, com distinções de dureza moral entre os que procuravam riqueza e os que procuravam almas (Cortes vence Las Casas nesse caso) a ética global foi geralmente formulada sobre um imaginário geográfico civilizatório”.(Campbell e Shapiro, 1999: xi)<sup>83</sup>

Logo, para os autores, as resoluções de conflitos, mesmo hoje em dia – como Bósnia e Ruanda - se dão partir de critérios axiológicos e práticas de inclusão e exclusão moral fundamentados no discurso civilizatório sendo que o “modelo estatal continua a dominar tanto a moral quanto o pensamento meta-ético daqueles que analisam as interações globais” (Campbell e Shapiro, 1999:xii)<sup>84</sup>

“Na atualidade, uma estória/discurso espacial, em particular, bloqueia articulações alternativas. Um imaginário geopolítico, o mapa dos Estados-nações, domina o discurso ético num âmbito global. Apesar da crescente instabilidade do mapa geopolítico estado-cêntrico, o discurso dos “negócios internacionais” e das

---

The recognition of this results in a transcendence without presence, something that approaches a sense of universality without the fixed character of a universal foundation. In consequence, rather than being concerned with a theory of ethics, the contributors to this volume are motivated by the ethical relation in which our responsibility to the other is the basis for reflection.” (Campbell e Shapiro, 1999: x)

<sup>83</sup> “The imbrication of morality and cartography is historically evident, for example, in the way those who have employed the civilizational discourse treated those outside of their “civilizational” boundaries with less moral solicitude. While there have been variations in global projects, with the distinctions in moral callousness between those seeking wealth versus those collecting souls producing differing (Cortés trumps Las Casas in this regard), global ethics in general has been significantly inflected by a civilizational geographic imaginary.” (Campbell e Shapiro, 1999: xi)

<sup>84</sup> Sobre o assunto, ver também Campbell, 1998(b):165

“relações internacionais” continua a dominar tanto as problemáticas éticas quanto as políticas. Análises sobre a questão da violência global tendem a ser construídas dentro de uma cartografia geo-estratégica estado-cêntrica, que organiza a interpretação das inimizades fundamentada no sujeito nacional - individual ou coletivo – e em antagonismos de fronteiras.” (Shapiro, 1999:60)<sup>85</sup>

Campbell fala em sua desconstrução do discurso nacionalista – especificamente da Bósnia em seu livro de 1998 - da “naturalização histórica do nacionalismo” (1998(b):83) e argumenta que a norma de ligação da idéia de território com a idéia de cultura, através do nexos soberania e identidade, é central na justificação da construção da geografia moral do mundo das relações internacionais como um ambiente anárquico composto por Estados soberanos (Campbell 1998 (b): 165). Uma articulação alternativa para as relações internacionais, encontrada nesses autores é então uma visão da ética construída a partir de uma dinâmica temporal e não como visão estática (a-histórica) do ser humano, que - corroborando reivindicação de Inayatullah e Blaney pela reformulação da disciplina de Relações internacionais - ultrapassaria as fronteiras identitárias do pensamento político moderno (Shapiro, 1999: 58),:

“No escopo de pensar para além dos limites morais constituídos pelo compromisso com a soberania estatal, é necessário pensarmos orientações éticas que desafiam as premissas espaciais do pensamento moral tradicional a então possibilitar reconhecimento de idéias que estão para além das identidades políticas dominantes na modernidade”. (Shapiro, 1999:61)<sup>86</sup>

---

<sup>85</sup> “At present, one particular spatial story is blocking alternatives. A geopolitical imaginary, the map of nation-states, dominates ethical discourse at a global level. Despite an increasing instability in the state-oriented, geopolitical map, the discourses of ‘international affairs’ and ‘international relations’ continue to dominate both ethical and political problematics. Analyses of global violence tend to be constructed within a statecentric, geostrategic cartography, which organizes the interpretation of enmities on the basis of individual and collective national subject and cross-boundaries antagonisms.” (Shapiro, 1999:60)

<sup>86</sup> “In order to think beyond the moral boundaries constituted by a state sovereignty commitment, it is necessary to turn to ethical orientations that challenge the spatial predicates of traditional moral thinking and thereby grant recognition outside of modernity’s dominant political identities.” (Shapiro, 1999:61)

A discussão da problemática identidade/diferença nos leva, portanto ao questionamento da própria identidade da disciplina de Relações Internacionais, reafirmando a idéia de que o pós-positivismo questiona a metodologia, a epistemologia e mesmo a ontologia da produção de conhecimento da área e sugere mesmo, como vimos agora em Shapiro, que articulações alternativas para as relações internacionais dependem da desconstrução das identidades políticas que se estabeleceram como discurso de realidade na modernidade.

Pensar as relações internacionais a partir de termos que já nos são familiares é ir contra uma das características – conforme vimos na introdução dessa dissertação - mais importantes do pós-positivismo, a desfamiliarização de idéias, para que o impossível possa ser experienciado e para que a responsabilidade possa reaparecer na prática política. Concluindo esse pensamento com uma idéia de Derrida, para que articulações alternativas sejam possíveis então: “A experiência do impossível é crucial, e qualquer tentativa de eliminá-la, afirma Derrida, levará à eliminação da própria responsabilidade. (Derrida, apud Zehfuss, 2002:231).<sup>87</sup>

---

<sup>87</sup> “The experience of the impossible is crucial, as any attempt to eliminate it, Derrida claims, will lead to eliminating responsibility itself” (Derrida, apud Zehfuss, 2002:231)

## CONCLUSÃO

Procuramos trabalhar nessa dissertação as contribuições do pensamento pós-positivista para a teoria de Relações Internacionais. Partindo da análise das mudanças no cenário internacional no Pós-Guerra Fria, discutimos as lacunas no pensamento tradicional das Relações Internacionais. Analisamos as principais características das teorias tradicionais de RI, o racionalismo e o positivismo e vimos que o racionalismo – por ter como um de seus pressupostos a idéia de razão universal – impedia olharmos para o fato de que culturas diferentes têm razões e percepções de mundo diferentes. Analisando a influência do positivismo na produção teórica da disciplina, vimos que por ser fundamentado em uma epistemologia empirista, a utilização do método positivista restringe sobremaneira as possibilidades de pensamentos alternativos à maneira como entendemos a ordem internacional.

Discutimos também a idéia de Modernidade como um discurso onde a razão instrumental foi entendida como caminho para a emancipação humana. Vimos que a transição da Idade Média - onde Deus era a garantia última do sentido da vida - para a Idade Moderna - onde a razão e o conhecimento científico foram os instrumentos utilizados para diminuir as incertezas e ambigüidades do sentido da vida humana – foi o pano de fundo onde idéias como racionalismo e positivismo ganharam posição privilegiada em nossa explicação do mundo. E vimos em seguida que a segunda metade do século XX é uma época marcada pelo questionamento do discurso da modernidade, sendo que esse questionamento chega ao campo da produção de conhecimento em Relações

Internacionais principalmente em meados dos anos 1980, pois as teorias tradicionais já não davam conta de explicar fenômenos como o final da Guerra Fria e o processo de Globalização.

Nesse contexto, apresentamos as principais críticas que os autores pós-positivistas começaram a fazer às teorias tradicionais da área. Influenciados pela virada sociológica e a idéia de construção social da realidade e pela virada lingüística e o entendimento da linguagem como prática de construção dessa realidade, os pós-positivistas questionaram as fundações do pensamento das Teorias de Relações Internacionais, sobretudo a característica a-histórica da produção de conhecimento na disciplina e a dominação da teoria realista como se fosse uma teoria não normativa, mas sim uma teoria que explicava a realidade como ela realmente era.

Vimos que os pós-positivistas, influenciados pela idéia foucaultiana da relação entre saber e conhecimento, desconstróem os discursos tradicionais da área, alertando para as práticas políticas que estariam escondidas sob esses discursos. Sobretudo, analisamos a desconstrução da idéia de Estado que segundo os teóricos críticos passou a ser entendida como conceito fixo pelos teóricos das Relações Internacionais, num discurso que para os críticos tem o propósito de assegurar a manutenção do Estado quando este vem sendo fortemente questionado pela idéia de globalização. Nesse sentido, analisamos os argumentos de Richard Ashley sobre a “prática heróica” do Estado, quando esse se coloca como fonte de segurança para seus cidadãos, e o argumento de Robert Walker, quando esse fala da apropriação a-histórica e descontextualizada de discursos de autores como Maquiavel, Hobbes e Tucídides pelos realistas no



escopo de fornecer “tradição” às teorias de Relações Internacionais, mas claramente, uma tradição realista.

Vimos também, de novo a partir de idéias de Walker, que a Teoria Internacional foi separada da Teoria Política num discurso que exclui a moral do pensamento internacional; discurso esse que foi consolidado pela idéia de natureza anárquica do sistema internacional. Discutimos como o discurso tradicional de Relações Internacionais impossibilita espaços para pensar alternativas diferentes sobre nosso entendimento do funcionamento da ordem internacional e como as abordagens críticas serviam então como contribuição para as teorias da área, pois se dedicam à desconstrução dos discursos tradicionais e à crítica a disciplinarização da produção de conhecimento na área.

Utilizamos como exemplo a discussão da questão da identidade, que era vista como conceito fixo e estável pelas teorias tradicionais e é mostrada pelos pós-positivistas como uma relação performática identidade/diferença. Vimos que a mudança na forma de olhar a questão da identidade permitiu, num primeiro momento, através do trabalho de Wendt, o questionamento do pressuposto realista de que os interesses dos Estados são iguais, pois Wendt mostra que os interesses são determinados a partir da identidade da relação que os Estados estabelecem entre si e que diferentemente do que pregam os realistas, essa identidade não é necessariamente conflituosa.

Discutimos então que os pós-positivistas mais radicais levam o raciocínio de Wendt adiante e mostram que as próprias identidades dos Estados e não só da relação entre eles, também são construídas em decorrência dos contextos, que a definição dessas identidades é composta por práticas políticas de inclusão e

exclusão, e que o questionamento da construção dessas identidades também se faz necessário na análise do comportamento dos Estados. Para além disso, argumentamos que a desconstrução do conceito de identidade possibilita questionar se a própria compreensão das identidades como entidades fixas não está entre as principais causas dos conflitos que ocorrem no sistema internacional.

Nossa conclusão então se molda sobre a idéia de que as teorias de Relações Internacionais, da forma como foram até agora elaboradas restringem sobremaneira nosso pensamento sobre como se dão ou como deveriam se dar as relações internacionais. Os conceitos de espaço e tempo sofreram mudanças drásticas e a produção do conhecimento em Relações Internacionais precisa desenvolver ferramentas mais adequadas para esse novo mundo que vivenciamos. Acreditamos que os pós-positivistas são então os autores que têm procurado adequar a produção de conhecimento da área a esse momento – enunciado no primeiro capítulo – de crise da Modernidade.

As teorias tradicionais de Relações Internacionais não souberam lidar com as complexidades, particularidades, incertezas e ambigüidades das relações nas relações internacionais, optando por uma produção de conhecimento cujo objetivo era teorizar para explicar e controlar, e não para entender. Mais do que isso, o conhecimento em Relações Internacionais, assim como nas outras ciências, acabou virando um discurso de poder, deixando de lado seu potencial crítico e criativo.

Nesse sentido, trouxemos como uma das contribuições dos pós-positivismo a crítica à inabilidade das teorias tradicionais de Relações Internacionais de lidar com a diferença. Desconstruímos o discurso sobre a identidade para mostrar que

as identidades se constroem a partir da relação entre identidade e diferença e que na modernidade, esse discurso tomou usualmente a forma da colonização, pois o medo do desconhecido, da diferença, fez com que entendêssemos o outro (a diferença) sempre como uma ameaça a nossa identidade. Vemos isso claramente manifestado nas Relações Internacionais com as idéias de civilização/barbárie, colonizador/colonizado, Ocidente/Oriente, sendo as dicotomias sempre entendidas hierarquicamente, com os primeiros termos recebendo um valor positivo e os segundos, um valor negativo.

Como esse discurso hierárquico e normativo é intrínseco à ontologia das teorias de Relações Internacionais, os pós-positivistas desconstruíram os discursos tradicionais da área para mostrar onde essa ontologia era responsável pela inclusão ou exclusão de idéias sobre o mundo e principalmente, onde ela excluía o pensamento ético e responsável das relações internacionais. Nesse sentido, propusemos como idéia alternativa para a relação identidade/diferença um diálogo não colonizador/não violento na zona de contato/relação entre a identidade e o desconhecido:

“A relação com o outro...não se constrói de uma totalidade nem estabelece uma totalidade, integrando eu e o outro. (...) Ontologias de integração são egoisticamente pensadas para a domesticação da alteridade dentro de uma estrutura de entendimento que permite a apropriação violenta do espaço do outro. (...) Para ser olhado eticamente, o outro deve permanecer um estranho que ‘perturba o sentir-se em casa do eu, um outro que continua infinitamente outro’. A Ética para Levinas é, finalmente, ‘uma relação não-violenta com o outro como infinitamente outro’”. (Shapiro, 1999:64)<sup>88</sup>

---

<sup>88</sup> The relation with the other...does not arise within a totality nor does it establish a totality, integrating me and the other. (...)Ontologies of integration are egoistically aimed at domesticating alterity to a frame of understanding that allows for the violent appropriation of the space of the other. (...) To be regarded ethically, the Other must remain a stranger ‘who disturbs the being at home with oneself, who remains infinitely other’. The ethical for Levinas is, finally, ‘a nonviolent relationship to the other as infinitely other’”. (Shapiro, 1999:64)

## **Bibliografia**

ADLER, Emanuel. **O Construtivismo no estudo das Relações Internacionais.** *Lua Nova*, nº 47 – 1999.

ASHLEY, Richard. **The Poverty of Neorealism.** In: KEOHANE, R.O (org). *Neorealism and its Critics.* Nova York: Columbia University Press, 1986.

ASHLEY, Richard K. & WALKER, R.B.J. **Introduction: speaking the language of exile: dissident taught in international studies.** *International Studies Quarterly*, vol. 34, nº 3. Special issue: Speaking the language of exile: dissidence in international studies, sep. 1990.

ASHLEY, Richard K. & WALKER, R.B.J. **Conclusion: reading dissidence/writing the discipline: crisis and the question of sovereignty in international studies.** *International Studies Quarterly*, vol. 34, nº 3. Special issue: Speaking the language of exile: dissidence in international studies, 1990.

BAYLIS, John and Steve Smith (eds). *The Globalization of World Politics.* Oxford: Oxford University Press, 1999.

BOOTH, Ken. **Human wrongs and international relations theory.** *International Affairs*, vol. 71, nº 1, janeiro 1995.

BROWN, Chris. **Turtles all the way down: anti-foundationalism, critical theory and international relations.** *Millennium: Journal of International Studies*, vol. 23, nº 2, 1994.

BROWN, Chris. *Understanding International Relations.* Nova York, 2ª ed. Palgrave, 2001.

BUZAN, Barry & LITTLE, Richard. **Why international relations has failed as an intellectual project and what to do about it.** *Millennium: Journal of International Studies*, vol. 30, nº 1, 2001, pp. 19-39.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ed. Ática, 1999.

CAMPBELL, David. **Violent Performances: Identity, Sovereignty, Responsibility.** In: LAPID, Yosef & KRATOCHWIL, Friedrich (org). *The return of culture and identity in IR theory*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1997.

CAMPBELL, David (a). *Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity*, Revised Edition. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1998.

CAMPBELL, David (b). *National Deconstruction: violence, identity, and justice in Bosnia*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1998.

CAMPBELL, David e SHAPIRO, Michael. **From Ethical Theory to the Ethical Relation.** In: CAMPBELL, David e SHAPIRO, Michael (eds). *Moral Spaces, rethinking ethics and world politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

CAMPBELL, David. **Nietzsche, Heidegger and meaning.** *Journal of Nietzsche Studies*, 26, 2003.

CARR, E. H. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*. Brasília: Editora Universidade de Brasília/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2001.

COX, Robert. **Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory.** In: KEOHANE, R.O (org). *Neorealism and its Critics.* Nova York: Columbia University Press, 1986, pp. 204-254

DER DERIAN, James. **The (S)pace of international relations: simulation, surveillance and speed.** *International Studies Quarterly*, vol. 34, nº 3. Special issue: Speaking the language of exile: dissidence in international studies, sep. 1990.

DER DERIAN, James (org). *International Theory: Critical Investigations.* Londres: Macmillan Press LTD, 1995.

FERGUSON, Yale H. & MANSBACH, Richard W.. **The Past as a Prelude to the Future? Identities and loyalties in Global Politics.** In: LAPID, Yosef & KRATOCHWIL, Friedrich (eds). *The return of culture and identity in IR theory.* Londres: Lynne Rienner Publishers, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, Rio de Janeiro, Edições Graal, 18º edição, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões*, Petrópolis, Editora Vozes, 27º edição, 1987.

GADDIS, John Lewis. **International Relations Theory and the End of the Cold War.** *International Security*, vol. 17, nº3, winter 1992-1993, 5-58.

GEORGE, Jim. **International relations and the search for thinking space: another view of the third debate.** *International Studies Quarterly*, vol. 33, 3, 1989.

GEORGE, Jim & CAMPBELL, David. **Patterns of Dissent and the celebration of Difference: Critical Social Theory and International Relations.** *International Studies Quarterly*, Volume 34, Issue 3, special issue: Speaking the language of exile: dissidence in international studies, setembro 1990.

HOPF, Ted. **The Promise of Constructivism in International Relations Theory.** *International Security*, vol. 23, nº 1, 1998, pp. 171-200

INAYATULLAH, Naeem & BLANEY, David L.. **Knowing Encounters: Beyond Parochialism in International Relations Theory.** In: LAPID, Yosef & KRATOCHWIL, Friedrich (eds). *The return of culture and identity in IR theory.* Londres: Lynne Rienner Publishers, 1997.

JONES, Adam. **Does gender makes the world goes round? Feminist critiques of international relations.** *Review of International Studies*, vol. 22, 4, 1996.

KATZENSTEIN Peter, KEOHANE Robert & KRASNER Stephen. **International organization and the study of world politics.** In: KATZENSTEIN Peter, KEOHANE Robert & KRASNER Stephen (org) : *Exploration and Constestation in the Study of World Politics.* Massachusetts:The MIT Press, 1999.

KAHLER, Miles. **Rationality in international relations.** *International Organization*, 52, 4, 1998.

KEOHANE, Robert o. **International Institutions: two approaches.** *International Studies Quarterly*, vol. 32, pp. 379-396, 1988

KNUTSEN, Torbjorn L. *A history of International Relations theory*. 2<sup>a</sup> ed. Manchester, Manchester University Press, 1997.

KRATOCHWIL, Friedrich & RUGGIE, John Gerard. **International organization: a state of the art on an art of the state**. *International Organization*, vol. 40, n<sup>o</sup> 4, autumn 1986.

KRATOCHWIL, Friedrich (a). **Citizenship: On the Border of Order**. In: LAPID, Yosef & KRATOCHWIL, Friedrich (org). *The return of culture and identity in IR theory*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1996.

KRATOCHWIL, Friedrich (b). **Is the Ship of Culture at Sea or Returning?** In: LAPID, Yosef & KRATOCHWIL, Friedrich (org). *The return of culture and identity in IR theory*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1996.

LAPID, Yosef. **The third debate: on the prospects of international theory in a post-positivis era**. *International Studies Quarterly*, vol.33, n<sup>o</sup> 3, 1989.

LAPID, Yosef. **Culture's Ship: Returns and Departures in International Relations Theory**. In: LAPID, Yosef & KRATOCHWIL, Friedrich (org). *The return of culture and identity in IR theory*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1996.

LAPID, Yosef & KRATOCHWIL, Friedrich (org). *The return of culture and identity in IR theory*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1996.

LAPID, Yosef & KRATOCHWIL, Friedrich. **Revisiting the "National": Toward an Identity Agenda in Neorealism?** IN: LAPID, Yosef & KRATOCHWIL, Friedrich (org). *The return of culture and identity in IR theory*. Londres: Lynne Rienner Publishers, 1996.



MATOS, Olgária, **A Razão e a esquizofrenia da alma – O iluminismo e a emergência da ratio**. In: *Vestígios: Escritos de filosofia e crítica Social*, São Paulo: Editora Palas Athena, 1998. Disponível em: <http://www.geocities.com/complexidade/esquizo.html>

MELLO, Flávia de Campos. **Teoria dos Jogos e Relações Internacionais: Um balanço dos debates**. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, nº 44, 1997.

MORGENTHAU, Hans J. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

NEUFELD, Mark A. *The restructuring of international relations theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

NIETZSCHE, Friedrich. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*. Companhia das Letras: São Paulo, 1992.

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais, correntes e debates*. Rio de Janeiro. Elsevier, 2005.

NUNES, João Arriscado. **Teoria crítica, cultura e ciência: O(s) espaço(s) e o(s) conhecimento(s) da globalização**. IN: SANTOS, Boaventura de Souza (org). *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo. Ed. Cortez, 2ª edição., 2002.

ONUF, Nicholas. *World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*. Columbia, South Carolina: University of South Carolina Press, 1989.

RAJCHMAN, John. **Foucault or the ends of modernism**. *October*, vol. 24, 1983

REUS-SMIT, Chris. **The constructivism turn: critical theory after the cold war**. Canberra, Department of International Relations – Australian National University. Working paper, 1996.

SANTOS, Boaventura de Souza, **Os processos da globalização**. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org). **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo. Ed. Cortez, 2ª edição., 2002.

SHAPIRO, Michael J. **Strategic discourse/discursive strategy: the representation of security policy in the video age**. *International Studies Quarterly*, vol. 34, nº 3. Special issue: Speaking the language of exile: dissidence in international studies, sep. 1990.

SHAPIRO, Michael. *The Ethics of Encounter: Unreading, Unmapping the Imperium*. In: CAMPBELL, David e SHAPIRO, Michael (eds). *Moral Spaces, rethinking ethics and world politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.

SMITH, Steve. **Positivism and beyond**. In: SMITH, Steve, Ken Booth e Marysia Zalewski (org). *International Theory: Positivism and Beyond*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 11-44, 1996

SMITH, Steve. **Wendt's world**. *Review of International Studies*. Special Issue: Forum on Social Theory of International Politics. Vol 26, 2000.

SMITH, Steve. **Reflectivist and constructivist approaches to international theory.** In: BAYLIS, John; SMITH, Steve (Org). *The globalization of world politics: an introduction to international relations.* Oxford, Oxford University Press, 2001.

STINER, Larry. **Reading Foucault: anti-method and the genealogy of power-knowledge.** *History and theory*, vol.21, nº3, 1982.

SYLVESTER, C. **The Contributions of Feminist Theory to International Relations.** In: SMITH, Steve (org). *International Theory, positivism and beyond.* Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

THIELE, Leslie Paul. **The Agony of Politics: The Nietzschean roots of Foucault's thought.** *The American Politican Science Review*, vol. 84, nº 3, 1990.

TICKNER, J. Ann. *Gender in International Relations.* Nova York. Columbia University Press, 1992.

TICKNER, J. Ann. **Identity in International Relations Theory: Feminist Perspectives.** In: LAPID, Yosef & KRATOCHWIL, Friedrich (org). *The return of culture and identity in IR theory.* Londres: Lynne Rienner Publishers, 1996.

WALKER, R. B. J. *Inside/Outside: International Relations as Political Theory.* Cambridge, Cambridge University Press, 1993

WALTZ, Kenneth. *Theory of International Politics.* Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1979.

WARREN, Mark. **Nietzsche and Political Philosophy.** *Political Theory*, vol 13, 2, 1985, pp. 183-212.

WEBER, Cynthia. *Simulating Sovereignty: intervention, the state, and symbolic exchange*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

WENDT, Alexander. **The agent structure problem in international relations theory**. *International Organization*, vol. 41, 3, 1987.

WENDT, Alexander. **Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics**. *International Organization*, vol. 46, 2, 1992.

ZALEWSKI, Marysia; ENLOE, Cynthia. **Questions about identity in International Relations**. In: BOOTH, Ken; SMITH, Steve (org). *International Relations Theory Today*. University Park, The Pennsylvania University Press, 1995.

ZEHFUSS, Maja. *Constructivism in International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.